



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 439 - DE 19 DE AGOSTO A 02 DE SETEMBRO DE 2012 - R\$ 3,00

**Greve nas federais se espalha
por todo o funcionalismo:
Constituir um comando único
de mobilização e negociação!
Unidade com os trabalhadores da
indústria ameaçados de demissão!
Combater o governo e a burguesia
com um movimento unitário
de defesa da vida das massas
contra os efeitos da crise!**

Bahia:

**Assembleia histórica destitui
a diretoria da APUB/UFBA**



**Julgamento do mensalão: disputa interburguesa ao
redor das denúncias de compra de parlamentares.
Somente as massas em seus tribunais populares
poderão julgar e punir a burguesia corrupta!**

Oposição revolucionária a Dilma

Novo plano econômico de Dilma – um alento ao grande capital

Desta vez a burguesia foi equânime em seus aplausos às medidas de Dilma Rousseff, embora não faltassem ressalvas. Isso porque o novo plano incentiva investimentos. Parece que os ministros da Fazenda e do Planejamento se convenceram de que as isenções de impostos e a desoneração da folha de pagamento, que beneficiaram principalmente as multinacionais, não estão garantindo o crescimento.

Setores da burguesia e de seus especialistas, passaram a criticar com mais veemência o que chamaram de medidas pontuais e setoriais, objetivando reduzir os preços e alimentar o consumo. É o caso específico da indústria automotiva.

O plano apresentado no dia 15 de agosto se diferencia por se voltar à ampliação e modernização das rodovias e ferrovias. Estima-se o gasto de R\$ 133 bilhões. Nos primeiros cinco anos, serão utilizados R\$ 79,5 bilhões. A realização do projeto concluirá com o acréscimo de 7.500 quilômetros de rodovias e 10 mil de ferrovias. Trata-se, segundo o governo petista, de mais uma etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Não apenas o volume dos investimentos e as metas foram saudados, mas também a mudança de posição do governo quanto ao lugar da iniciativa privada para sua consecução.

As obras do PAC vinham sendo de responsabilidade integral do Estado, que fazia concessão às empresas. A inovação consiste em utilizar as Parcerias Público-Privadas (PPPs), concebidas pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e que vêm sendo praticadas por governos estaduais de oposição, a exemplo do Estado de São Paulo. O viva burguês foi uníssono! Afinal, o governo petista faz mais uma adesão ao ideário do PSDB.

Para se constituir as PPPs, as bondades do Tesouro Nacional devem ser muito generosas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) financiará até 80% dos investimentos. O que significa que os capitalistas contarão com capital subsidiado, que avolumarão a dívida pública e que em algum momento será descarregada sobre a população.

Como o negócio das ferrovias traz riscos, o governo “comprará integralmente a capacidade de transporte de carga das novas concessionárias e a revenderá, via leilões, aos interessados em transitar com trens”. (O Estado de São Paulo)

Quanto às rodovias, a concessão será feita não sob o critério de menor tarifa, mas de menor tarifa *possível*. A crítica petista de que o PSDB implantou tarifas exorbitantes, favorecendo não aos usuários, mas às concessionárias, cai também por terra.

O PSDB apoiou o novo pacote de Dilma. Sergio Guerra, seu presidente, congratulou Dilma por ter “aderido ao programa de privatizações, há anos desenvolvido pelo partido”. O mito de que o PT é estatista e antiprivatista caiu de vez por terra.

Vejamos a declaração de Lula: “Na medida em que você tem dificuldades orçamentárias em fazer obras com dinheiro da União, se você puder fazer concessão para que os empresários possam durante um tempo administrar aquilo e depois devolver ao Estado, você tem de fazer.” O caudilho do PT aprendeu perfeitamente que governar o Estado é auxiliar a classe capi-

talista e aos seus grupos particulares a gerenciar seus negócios. Está em perfeita sintonia com a definição dada por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “O governo do Estado moderno não é mais que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Sendo mais ou menos estatista, mais ou menos privatista, concedendo maior ou menor tarifa, não deixa de ser a “junta que administra os negócios de toda a classe burguesa”.

A diferença que o PT pretendeu estabelecer com o PSDB calcava-se na tese de que poderia governar em função das necessidades populares em primeira instância e em segunda, da do capital. A prática mostrou que essa ordem não é possível, uma vez que o governo deixaria de ser uma junta conformada de acordo com o funcionamento do capitalismo.

Dilma arrancou o véu da hipocrisia pequeno-burguesa com o qual Lula e o PT se cobriram. Lula já não conseguia mantê-lo estendido. A crise mundial rompeu o fio de continuidade do lulismo, que se assentou na premissa do desenvolvimento sustentável, com inclusão social. Ao invés de um capitalismo verde e florido dos sonhos petista, apresenta-se o verdadeiro capitalismo encalacrado no pântano escuro e fétido.

Em 2008, quando explodiu a crise nos Estados Unidos, Lula menosprezou seu alcance. Mas acabou despendendo enormes somas de recursos para sustentar o fluxo dos negócios. Agora, usa a crise para justificar a atitude de Dilma em não conceder reajustes salariais exigidos pelo funcionalismo em greve. O PT pode escrever em sua bandeira vermelha e sua estrela: para os capitalistas tudo, para os trabalhadores nada! Para os capitalistas, apoio total, para os explorados, sacrifício.

Há que se desenvolver a oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma, empunhando as reivindicações das massas e usando o método da ação direta.



Discurso do governo para explicar porque concede bilhões em subsídios às multinacionais, que estão sim demitindo, e nada aos professores e ao funcionalismo.

Greve do funcionalismo desmascara governo do PT

Estima-se que 350 mil funcionários públicos de 30 categorias estão mobilizados em defesa dos salários. A greve dos professores das universidades federais, institutos e das escolas técnicas completou três meses. Na esteira do movimento nacional docente, outras categorias do funcionalismo se lançaram à luta.

A inflexibilidade da presidente Dilma Rousseff e a perseverança dos grevistas indicam o antagonismo entre os interesses capitalistas encarnados pelo Estado e os dos assalariados.

O governo esperava derrotar a greve das federais pelo cansaço e pelo divisionismo. Fixou a posição de que não poderia atender aos docentes, uma vez que desencadearia outros movimentos no funcionalismo. De nada adiantou, porém, desconhecer as reivindicações, tratar com desdém o sindicato dos professores (Andes) e usar a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) – organização criada para cindir o Andes. A greve em 57 das 59 universidades e em 33 dos 37 institutos e escolas técnicas federais se consolidou e se fortaleceu.

A firmeza com que os grevistas responderam às pressões do governo e dos burocratas do Proifes, embora na maioria das unidades é sentido o peso da passividade política, serviu de referência aos demais funcionários. As assembleias começaram a ser convocadas. Aprovaram a greve ou operações de bloqueio, como tem sido o caso dos agentes federais e dos rodoviários. Constitui-se uma situação de greve geral do funcionalismo federal, que somente não assumiu tal envergadura devido às divisões impostas pelas organizações sindicais.

Dilma e seus assessores orientaram seus ministros e tecnocratas a resistirem duramente às exigências dos grevistas e a usarem a força do Estado para impedir que o movimento supere a fragmentação. A velha tática de negociar em separado e de enfraquecer a luta geral a partir das direções sindicais mais vulneráveis às pressões governamentais foi posta em prática. No entanto, a manobra esbarra em um obstáculo levantado pelo próprio governo: apresentar como proposta quirelas.

Com muito custo, Dilma autorizou a abrir negociação com o Andes, que continua como baliza para o restante das categorias mobilizadas. No dia 3 de agosto, o governo apresentou a proposta de reajuste variável, conforme a faixa salarial. A ser pago em três parcelas anuais – março de 2013, 2014 e 2015 –, correspondentes a reajustes que vão de 25% a 40%. Enviará um projeto de lei ao Congresso com mudanças no Plano de Carreira. E formará grupos de trabalho para acompanhar a implantação do Reuni.

A resposta do governo às reivindicações dos docentes não passou de uma jogada para arrefecer o ânimo dos grevistas. Somente o Proifes, agente do governo, aceitou a manobra de Dilma. Andes, Sinasefe e Fasubra rechaçaram. O Proifes sequer poderia sentar à mesa de negociação, uma vez que se opôs terminantemente à greve e controla cinco associações no universo de 57 universidades paralisadas. Na Bahia, os grevistas estão pela destituição dos burocratas vendidos ao governo.

Portanto, a “representação” do Proifes se deve ao governo e não aos grevistas.

Diante da volumosa movimentação do funcionalismo federal, as centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT e CTB), todas governistas, foram obrigadas a criticar a postura de Dilma Rousseff. Lançaram uma carta de repúdio ao “autoritarismo no trato com as legítimas reivindicações dos trabalhadores do setor público”. Ocorre que o governo passou a cortar pontos e em determinados setores a substituir os grevistas. A burocracia se viu em situação delicada. Não pôde conter o descontentamento do funcionalismo, de um lado, e se viu restringida em seu papel de interlocutora, ou seja, de negociadora das condições para acabar com a greve.

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, foi hostilizado na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, no dia 8 de agosto, cujos delegados se encontravam sob influência da burocracia cutista, forcista e cetebista. Carvalho evocou a boa relação do governo com as centrais para exortá-las a porem fim ao movimento de paralisação.

Dilma havia recusado os conselhos de Lula para que fosse mais amigável com os sindicalistas aliados, embora concordasse com a presidente que a situação econômica do País está complicada. Esse mesmo argumento foi apresentado pelo ministro da Secretaria-Geral.

Quando se trata dos salários, os petistas recorrem ao argumento da crise internacional para exigir mais sacrifícios dos trabalhadores. Quando se trata do capital, justificam o apoio governamental com milhões de reais em nome dos empregos. O Tesouro pode despende enormes recursos para proteger os lucros das multinacionais.

Os assalariados estão vendo com mais clareza que o governo do PT serve aos capitalistas e não aos explorados. As centrais sindicais governistas, por seu turno, pressentem que já não podem bloquear as lutas e que precisam canalizá-las, para manter o seu domínio sobre as massas. O palavreado do presidente da CUT, Vagner Freitas, pedindo a Dilma para substituir Gilberto Carvalho, acusando-o de autoritário, expressa não uma mudança da burocracia a uma posição de independência política, mas sim a manifestação de 350 mil grevistas em vários órgãos do Estado.

O PT se valeu do apoio eleitoral desse contingente para chegar ao poder e para administrar a máquina estatal, valendo-se de bandeiras democratizantes e reformistas. A burocracia das universidades federais e institutos, bem como grande parte do professorado, acrescido do estudantado, têm sido fiéis servidores da política pró-capitalista reformista do PT.

Os oito anos de mandato de Lula ocorreram em condições econômicas favoráveis. Pôde assim se valer do Prouni, Reuni, das cotas (ações afirmativas), etc. para se apresentar como um governo da “inclusão social”. Mas as limitações desses programas e a demagogia política neles refletida foram sendo expostas. O milagre das reformas populares prometidas não passou de migalhas perante os recursos destinados às multinacionais

e ao grande capital nacional.

Lula quis convencer Dilma a ser mais cordata com os burocratas da CUT, Força e CTB, mas acabou sendo convencido de que não há espaço para manobras diante de uma massa descontente com o arrocho salarial dos últimos anos. A justificativa de que não há meios para o governo atender aos grevistas demonstra a falência política do reformismo e a sua submissão ao grande capital.

A burguesia vem elogiando a posição de Dilma em não ceder às reivindicações e em modificar o tratamento dado à burocracia colaboracionista. Está perfilada com o governo para derrotar o movimento. Exige e aconselha Dilma a reprimir duramente. Essa é a via que o PT vem trilhando, ainda que con-

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre o julgamento do Mensalão

Chegou, finalmente, o dia em que altos dirigentes do PT são julgados pelo crime de compra de parlamentares. Essa acusação foi denominada de mensalão. A denúncia foi lançada pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), na época aliado do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O ataque à cúpula petista e ao próprio presidente da República ocorreu em meio ao escândalo de corrupção nos Correios, 2005. Os motivos que levaram Jefferson a revelar um esquema de corrupção no governo petista vão desde o financiamento de campanha eleitoral até as fraudes montadas pelo PTB nos Correios. O aliado de Lula caiu em desgraça e decidiu arrastar consigo os expoentes do PT, mostrando que o que se passava nos Correios não era senão um dos pontos de uma rede maior de falcaturas.

O escândalo do Mensalão se transformou em uma crise política que beirou à cassação de Lula. O PFL, hoje DEM, posicionou-se pelo impeachment (cassação). O PMDB e uma ala do PSDB foram decisivos em afastar essa possibilidade. A tese da destituição do Presidente era de que o esquema de compra de parlamentares estava sediado no Palácio do Planalto. José Dirceu, principal dirigente do PT, ocupava o cargo de ministro da Casa Civil e exercia uma ampla influência política sobre a base aliada. Jefferson o delatou como o chefe das operações do Mensalão e concluiu que Lula tinha conhecimento.

As investigações do Ministério Público descortinaram as relações fraudulentas entre o PT, o empresário Marcos Valério e os bancos Rural e BMG. Evidenciaram que o presidente do PT, José Genoino, e o secretário de finanças, Delúbio Soares, estavam materialmente comprometidos com o milionário esquema que se denominou “valerioduto”. Não foi possível à direção do PT demonstrar que a delação de Jefferson era falsa. Mas contestou a existência de compra de parlamentares (Mensalão). Alegou que se tratava de recursos usados para campanha como “caixa 2”. Somente nesse sentido, o PT burlava a legislação eleitoral. Ocorre que tal violação era praticada por todos os partidos. A Justiça tem conhecimento, mas fecha os olhos. Uma prática tão comum indica que há uma defasagem entre a realidade política e a ordem jurídica que a regulamenta. Uma coisa é a compra de parlamentares, outra a utilização do “caixa 2”. O PT tão somente utilizou um meio privado e não o dinheiro público, que aí sim configuraria um crime contra o Tesouro.

Lula negou ter conhecimento da movimentação ilegal e de-

serve contradições em suas bases sindicais.

A ausência de uma direção revolucionária no seio do proletariado atinge duramente o movimento do funcionalismo, ficando à mercê da burocracia reformista, estalinista, direitista e centrista. Está aí por que não se unifica todos os setores em greve em uma única força e por que aparatos como o Proifes acabam servindo descaradamente ao governo.

O POR tem se destacado nos locais em que participa da luta por aplicar os métodos de combate da classe operária e defender intransigentemente as reivindicações, a unidade na ação e a independência política das organizações sindicais. A derrota do governo petista, será a derrota do governo burguês, pró-grande capital.

clarou ter sido “traído”. O ex-ministro José Dirceu perdeu o cargo e foi cassado o seu mandato parlamentar. Delúbio Soares assumiu a responsabilidade e acabou excluído do PT. José Genoino deixou a presidência do partido. A crise política foi contornada. Lula ganhou a eleição para o segundo mandato. A economia estava em ascensão. A burguesia não via motivos que atingissem seus interesses. O imperialismo havia aprovado a administração lulista.

Somente depois de 7 anos é que a Ação Penal 470, iniciada pelo procurador Antônio Fernando Souza e consolidada por Roberto Gurgel, foi a julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). A grande imprensa fez uma gigantesca campanha para que não prescrevesse e fosse engavetada. No dia 2 de agosto, iniciou-se o teatrão. A Ação Penal 470 foi apresentada como o maior e mais importante julgamento da história republicana.

Os juízes se empolgaram em discussões jurídicas sobre a desvinculação do processo, em virtude do fato dos réus sem foro privilegiado (não parlamentares) terem o direito de ser julgados em instâncias inferiores do Judiciário. Enfim, decidiu-se que todos seriam abarcados pelo STF. O grande ato, no entanto, seria no dia 3, quando o procurador da República Roberto Gurgel apresentaria a denúncia. Em longa peça acusatória, pediu a condenação de 36 réus e absolvição de 2, Luiz Gushiken e Antônio Lamas, por ausência de provas. Na linha dada pela grande imprensa que se tratava do julgamento mais importante enfrentado pelo STF, o procurador baseou-se na existência do mensalão e o qualificou como “o mais atrevido e escandaloso caso de corrupção de dinheiro público flagrado no Brasil”. Enquadrou os delitos como formação de quadrilhas, peculato, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e corrupção passiva. No transcurso do relatório, Gurgel descreveu o que seria o esquema de corrupção envolvendo empresários, instituições bancárias e parlamentares, tendo como mentor José Dirceu e como executor Marcos Valério. A “quadrilha” movimentou 101 milhões de reais.

O PT e seus porta-vozes na imprensa questionaram a politização do STF. Segundo eles, não há provas de que se trata do mensalão e que o envolvimento do ex-chefe da Casa Civil do governo Lula é uma arbitrariedade do procurador da República. A exposição de Gurgel seria uma peça montada sem base fatural e, em parte, calcada em deduções, como a de que a trama

criminosa era armada entre 4 paredes do Palácio do Planalto.

Os advogados insistem que o STF trate o caso como violação da lei eleitoral. Reclamam que o processo iniciou fazendo uma discriminação entre o processo contra o PT e aquele movido contra o PSDB, que envolveu a figura de proa do ex-governador de Minas Gerais e proeminente parlamentar Eduardo Azeredo (mensalinho). Na polêmica sobre o desmembramento do processo, os ministros do Supremo Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio de Mello se referiram ao caso, contrapondo-se ao ministro Joaquim Barbosa que argumentou se tratar de um único processo.

Basta lembrar que mais de 400 processos foram arquivados e engavetados pela Procuradoria Geral e que gigantescos escândalos atribuídos a portentosas empresas e famosos empresários não deram em nada, para se ver que o “mensalão” do PT está sendo tratado como um caso excepcional. Setores da direita burguesa, encabeçados pelos empresários dos monopólios dos meios de comunicação, fustigaram o máximo que puderam em 2005. O jornal O Estado de São Paulo chegou a aludir sobre a cassação de Lula. Diante da possibilidade de prescrever a acusação da Procuradoria Geral da República, passaram a exigir o julgamento dos petistas.

Não há dúvida, portanto, de que o País está diante de um processo judicial que expressa particularidades da política burguesa. O PT se constituiu à revelia dos partidos orgânicos da classe capitalista. Ascendeu, no entanto, por meio da democracia burguesa. A projeção de Lula como caudilho eleitoral das massas oprimidas não foi assimilada pelo conjunto da classe dominante. A chegada do PT levou a uma reacomodação das forças nos aparatos do Estado. A divisão da máquina estatal entre os velhos partidos oligárquicos, fundamentalmente o PMDB, PFL (DEM) e PSDB, teve de ser reestruturada. Os postos da administração, de comando público, de autarquias e de empresas semi-estatais sofreram um remanejamento, atingindo a rede de interesses montada e construindo outras.

Em nome da democracia, a fração mais direitista teve de admitir a substituição dos antigos oligarcas de esferas estratégicas e remoção de enalacrados burocratas em funções-chaves. O PT, por sua vez, foi obrigado a compor uma aliança sem limites, servindo de porta de entrada de todo tipo de arrivista e aventureiro, como de Roberto Jefferson. Pode-se observar que a trajetória de constituição e consolidação do PT está marcada pela busca de seu reconhecimento pela burguesia, incluindo o imperialismo, de que o novo partido e o seu caudilho Lula fariam bem ao capitalismo. O reformismo traria ares novos e bálsamos às profundas feridas sociais. Mas seu fortalecimento deslocaria arraigados partidos como o PMDB, PSDB e PFL (DEM).

A vitória de Lula contra José Serra (PSDB) em 2002 só aparentemente abriu um novo período de história política na República burguesa. O governo petista reproduziu as antigas relações oligárquicas de poder e manteve a base econômica estruturada por FHC. O PT não poderia governar contra o grande capital nacional e imperialista e sem o concurso do maior partido oligárquico, que é o PMDB. As medidas políticas e administrativas de desalojar frações da burguesia no seio do Estado e alojar outras não poderiam ocorrer sem choques partidários. O governo petista se formou em meio às relações oligárquicas e burocráticas, entranhadas pela corrupção política

e material.

Um partido que nasceu baseado nos sindicatos e centralizado na ascensão do caudilho Lula, com pretensões pequeno-burguesas de reformar o Estado, moralizar a política e fortalecer a democracia formal, não poderia ocupar o posto mais alto de comando do País a não ser reproduzindo as práticas dos velhos partidos. As amplas alianças, a busca de milionário financiamento de campanha entre os potentes capitalistas, o loteamento dos cargos públicos, as negociatas políticas e a promiscua aproximação com os setores empresariais vinculados ao Orçamento federal não foi uma criação dos petistas. Certamente, o “estrategista” José Dirceu levou às últimas consequências tais ações.

Os petistas sequer foram originais em criar um esquema de financiamento, lavagem de dinheiro, etc. que os tornaram réus na Ação Penal 470. Aproveitaram a montagem feita pelo PSDB de Minas Gerais, portanto, do partido opositor. Os mesmos protagonistas e as mesmas instituições do “mensalinho” que serviram a Azeredo passaram a atuar em favor do PT. Se não estivéssemos diante da política e de tribunais burgueses, haveria um só processo envolvendo o PSDB e o PT. E se assim fosse, seriam reveladas as conexões entre as inúmeras quadrilhas ligadas aos partidos e à burocracia que operam no interior da máquina estatal. Não temos dúvidas de que o escândalo do bicheiro Carlinhos Cachoeira e da empreiteira Delta têm ligação com o do “mensalão”, “caixa 2”.

Ao se afundar no pântano da politicagem burguesa, sem ser um partido orgânico da burguesia, o PT foi pego pelo pescoço e agora responde à Ação Penal 470. Os advogados foram convincentes em demonstrar que não há provas testemunhais e circunstanciais (fatos) na acusação do Procurador da República, que se comporta como evidente adversário político do PT. Admitiram o “ilícito” trâmite de caixa 2. O advogado de Delúbio descreveu o processo de coligação conduzido pela direção do PT que implicava em pagar despesas de campanha aos aliados.

A diferença entre comprar parlamentares e montar um esquema financeiro para saldar dívidas de campanha do PT e dos partidos amigos, ainda mais estando no controle da máquina do Estado, é apenas de forma, não de conteúdo. É claro que para fins jurídicos é melhor para o PT que o STF acate a tese do caixa 2. Mas não há como escapar do julgamento histórico que nenhum tribunal da burguesia poderá fazê-lo. Aí está a importância de serem os dirigentes do PT levados ao banco dos réus. Não teria a menor transcendência se fossem os do PSDB.

O PT enganou os pobres e miseráveis, que formam a maioria nacional oprimida, para arregimentar os votos e galgar a Presidência da República. Prometeu-lhes um “governo democrático e popular”, que varreria a oligarquia opressora e retrógrada, que faria profundas reformas sociais e políticas. Uma de suas bandeiras era o da moralização da política, tão aviltada pelos demais partidos. Fez exatamente o contrário. Os partidos da oposição ficaram exultantes, quando criaram a CPI do mensalão. Lula permaneceu no cargo, porém mais submisso.

Agora, a frase do procurador Roberto Gurgel pedindo a prisão dos formadores de quadrilha ressoou em sintonia com o desejo dos adversários. Fernando Henrique Cardoso não vacilou em defender a condenação dos réus. José Dirceu jura confiar no discernimento da Justiça. Todos, réus e acusadores

acreditam na Corte maior do Brasil.

No alto da República, brilha a plêiade de ministros do Supremo, que têm ao seu encargo julgar o “maior escândalo dos últimos 122 anos.” Mas é esse mesmo Tribunal que engavetou e arquivou centenas de processos que atingiam grandes figuras da política e dos negócios da classe capitalista. Lembremos apenas o caso do banco Opportunity, do empresário Daniel Dantas.

O PT, com seus principais dirigentes, está sendo julgado por corrupção por uma instituição que não prima pela lisura. A imoralidade de seus salários, vantagens e mordomias reflete nitidamente sua identidade. Está nas mãos de ministros-juizes que guardam em segredo suas contas, que a muito custo aceitaram a existência do Conselho Nacional da Justiça, que já está neutralizado e comprometido com a corrupção no judiciário.

Para os explorados que confiaram cegamente em Lula e nos politiqueiros do PT, não importa se se trata de mensalão ou caixa 2. O que importa é que estão sendo julgados pelas instituições da burguesia sob a acusação de corrupção. E que são obrigados a dizer que confiam na justiça do STF, como bons carneirinhos.

O apoio da CUT ao PT se deve ao fato de estar sob a direção burocrática, profundamente vinculada à política patronal. O que pensam e o que fazem está divorciado do proletariado. Embora os explorados continuem amarrados ao governo de Lula e in-

fluenciados pelo PT, o declínio de ambos avança. A experiência com a política burguesa do reformismo se encarrega de abrir os seus olhos. Porém, falta-lhe o partido revolucionário, sem o qual a experiência não tem como se transformar em consciência de classe. Os velhos partidos oligárquicos aproveitam os fracassos do PT para reduzir sua influência no poder do Estado e potencializar a sua capacidade de arregimentação eleitoral da maioria.

Nosso dever é mostrar aos trabalhadores e à juventude oprimida que o julgamento no STF é tão-somente a culminação da luta interburguesa. O PT está sendo fustigado pela direita burguesa devido à sua própria política de adaptação ao capitalismo e por se meter nos meandros da corrupção que campeia no seio do Estado e da sociedade de classes.

O POR não reivindica o julgamento dos implicados no crime de corrupção pelo STF. Coloca para a classe operária e demais oprimidos que somente um Tribunal Popular pode investigar livremente os delitos do PT. O movimento operário não está em condições de pôr em pé esse Tribunal. Assim, o julgamento no STF não passará de um ajuste de contas entre os partidos de oposição e o PT. Chamamos os trabalhadores e a juventude a rechaçar o apoio da burocracia da CUT aos arrivistas do PT. Reafirmamos, somente um Tribunal Popular pode investigar, julgar e punir os crimes da burguesia. Os delitos do PT se enquadram nos crimes da classe capitalista.

Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos defende as exigências da GM

Na assembleia do dia 7 de agosto, a direção do sindicato defendeu o acordo selado com a GM no dia 4. A proposta submetida aos operários foi: 1) suspensão temporária (layoff) de 940 trabalhadores até 30 de novembro; 2) abertura de PDV para toda a fábrica. Em compensação, a multinacional garante os empregos de 900, que permanecerão na linha de produção do Classic, também até novembro.

A estimativa da empresa é de fechar 1840 postos de trabalho. Em 60 dias, a montadora e o sindicato negociarão um novo acordo. Segundo Luiz Moan, a GM pleiteará a adoção da flexibilização trabalhista, nos moldes da aplicada no ABC paulista.

O secretário do sindicato, diretor da CSP-Conlutas e militante do PSTU, Luiz Carlos Prates (Mancha), disse: “este acordo não é o que queríamos, mas nos dará fôlego para lutar por todos os postos de trabalho”. Segundo sua opinião, “este também não era o acordo da GM”. Daí deduz que o acordo resultou da mobilização dos metalúrgicos, evitando as demissões.

Tal interpretação do acordo apresentada na assembleia não corresponde à realidade. A ausência de uma análise política do choque da GM com os trabalhadores e do resultado da reunião do dia 4 permite à direção ocultar seus erros e sua responsabilidade. A aceitação da abertura do PDV é uma porta para as demissões. Por essa via, a empresa já demitiu 356 no último período. As pressões sobre os operários serão intensas. E a GM estará resguardada pelo acordo e o sindicato terá de cumprir. A suspensão temporária é um meio caminho para as demissões. Isso teria de ser dito com toda franqueza na assembleia.

No entanto, a direção do sindicato-Conlutas não poderia dizer a verdade, uma vez que apresentou o argumento de que o acordo evitava as 1840 demissões acenadas por Luiz Moan.

E estava convencida de que a GM não queria nenhum acordo e que a luta impôs o acordo de suspensão das demissões. Essa explicação apresenta como positivas as medidas de suspensão temporária (layoff) e PDV.

Essa tese é uma falsificação. O correto é que houve uma primeira derrota sem luta diante da ofensiva patronal. Expliquemos: a paralisação de 2 horas de advertência no dia 12 de julho, a de 24 horas no dia 16 e o bloqueio da Dutra em 2 de agosto não demonstraram força capaz de impor qualquer condição para a multinacional. O empenho do sindicato em se apoiar na movimentação do prefeito de São José dos Campos, do governador de São Paulo e do governo federal não se resumiu a uma manobra tática para denunciar a GM e responsabilizar as autoridades, mas de fato para angariar força no meio da política burguesa.

A proposta de suspensão das demissões, para obter como contrapartida a suspensão temporária e o PDV, estava na manga da diretoria da GM. Na reunião do dia 25, convocada pelo Ministério público, a procuradora evocou o artigo 476-A da CLT, em que está prevista a suspensão temporária, indicou o caminho que seguiria a multinacional antes de fechar a linha de montagem de veículos automotores. O ministro Guido Mantega aceitou as explicações da GM, mas indicou como solução intermediária a suspensão temporária.

O endurecimento da empresa com o locaute do dia 24 não foi tão-somente uma reação contra a mobilização dos metalúrgicos, mas também uma forma de impor-se na mesa de negociação do dia 25. Evidentemente, não havia ainda como amarrar o sindicato em um acordo. A confabulação com o governo federal foi mais um lance da patronal. O ministro do Trabalho adiantou que não havia nada de condenável nos planos da

GM, uma vez que mantinha no cômputo geral o nível de emprego. O ministro da Fazenda foi na mesma linha. Esse trâmite se passou pouco antes da reunião definitiva do dia 4. Chegava o momento da montadora colocar algumas de suas cartas sobre a mesa. A direção sindical se achava acuada.

A campanha de responsabilização do sindicato por não ter feito um acordo de flexibilização proposto em 2009 ganhou corpo. A burocracia da CUT, por intermédio do sindicato metalúrgico do ABC, reforçou o ataque da multinacional à correta resistência contra a flexibilização. Por fim, o sindicato de São José se achava rodeado de políticos da burguesia, que se passavam de empenhados em contrariar os interesses da GM.

Repentinamente, houve uma mudança de postura de Luiz Moan. Ao contrário da afirmação de que era tarde para um acordo de flexibilização e que o fechamento da linha de montagem iria mesmo ocorrer, passou a advogar um acordo que evitasse medidas extremas. Eis a declaração de Moan: “O caminho não são as demissões. O caminho é o diálogo com o sindicato para que a gente possa trazer mais competitividade para a planta de São José dos Campos.” Estavam dadas as condições políticas para a GM tirar da manga a carta decisiva. O sindicato não tinha para onde ir. Não assumiria a responsabilidade de rejeitar a suspensão temporária e o PDV. Havia assimilado a acusação de que sua posição contrária à flexibilização era a causa da montadora decidir fechar a linha de montagem.

A real intenção da empresa não era parar de produzir carros na planta de São José dos Campos. Eis a declaração de Moan, após a assembleia aprovar o acordo: “Se não fizermos investimentos de modernização nas fábricas e produtos, a tendência é morrer. Não achamos justo, por falta de acordo com o sindicato, que a cidade perca o complexo”. Sem dúvida, este era o acordo que a GM esperava obter e condicionar politicamente o sindicato segundo seus planos de “modernização” competitiva. Certamente, a transferência da linha de montagem para outras unidades era e é uma possibilidade. As multinacionais vêm usando e abusando das vantagens oferecidas pelos governos estaduais e da possibilidade de contratar mão-de-obra mais barata. Uma boa parcela da produção já se faz fora do circuito São Paulo e Rio de Janeiro.

O que virá é mais perigoso ainda. Estão previstas negociações em torno da flexibilização trabalhista. Essa parte do acordo foi amplamente divulgada pelos porta-vozes do capital. A direção sindical minimizou sua importância. Não resta dúvida que a GM agora está com o queijo e a faca na mão. O acordo de suspensão temporária e PDV enfraqueceu a resistência. Abriu um flanco em favor da quebra de direitos.

Assinalamos em nossos manifestos de apoio à luta operária contra as demissões o brutal isolamento do sindicato de São José dos Campos, por ter rejeitado os programas de flexibilização social-democratas e por fazer parte de uma nova central (CSP-Conlutas), que cindiu a CUT. O cerco montado contra os metalúrgicos serviu à multinacional. É preciso responsabilizar a burocracia sindical da CUT por esse crime contra o proletariado. Ao mesmo tempo, não se deve ocultar as críticas à política da Conlutas e do PSTU.

O sindicato de São José dos Campos há muito vem sendo dirigido nos moldes do corporativismo burocrático, embora à esquerda. Chegaria o momento em que seria colocado à prova.

Diante da ofensiva que a GM, vinha insistindo em torno da flexibilização desde 2008, a direção não organizou a luta por uma programa proletário. Está aí por que não levantou e trabalhou em torno de reivindicações que de fato defendem os empregos. Propôs à GM que parasse de importar carros, que os produzisse e que investisse na planta de São José dos Campos. Essa é uma resposta de burocratas e não de revolucionários. Dizemos isso porque o PSTU se reivindica do trotskismo. Não poderíamos exigir da burocracia do ABC que agisse como revolucionários.

No capitalismo em crise estrutural, não se tem como defender as reivindicações mais elementares senão organizando a classe operária sob o programa revolucionário, do qual fazem parte as reivindicações vitais e transitórias. Em nenhum momento, a direção conduziu os trabalhadores a assumir as reivindicações como estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), controle operário da produção e abertura da contabilidade das empresas. A CSP-Conlutas não se lançou a um trabalho de propaganda e agitação pelas reivindicações proletárias e contra o programa capitalista de flexibilização.

O dirigente da CSP-Conlutas e membro do PSTU, Zé Maria, em resposta à posição reacionária do sindicato metalúrgico do ABC, demonstrou que a GM no Brasil é a mais lucrativa do que em outras partes do mundo. E que a unidade de São José dos Campos fatura 35% dos 100% produzido no Brasil. Argumentou que a multinacional não justifica as demissões devido a prejuízos. Objetiva obter mais lucratividade. Denunciou a CUT e o sindicato metalúrgico do ABC por fazerem acordos de flexibilização. Fundamentou que a GM não faz senão exigir as mesmas condições de exploração impostas aos operários empregados nas montadoras do ABC. E que esse caminho é um poço sem fundo. Corretíssimo! Mas quais foram as bandeiras trabalhadas entre os operários para se contraporem ao aumento da taxa de exploração? As mesmas que as da burocracia cutista (mais investimentos na planta). Diante dos argumentos da GM de que é preciso modernizar e ganhar competitividade, as bandeiras proletárias são de abertura da contabilidade das empresas e controle operário da produção. Nenhuma demissão e estabilidade no emprego. A multinacional disse que está disposta a buscar novos investimentos e criar novos modelos, porém, argumenta que depende dos operários aceitarem novas medidas de flexibilização.

Como se vê, a não defesa das bandeiras operárias expôs os limites do sindicalismo da esquerda centrista. Não sabemos se há tempo para um setor do PSTU reagir contra a conduta da direção de São José dos Campos em convencer os metalúrgicos que não havia outra saída para evitar as demissões, a não ser assinar um acordo de demissão (PDV) e de pré-demissão (suspensão temporária). É preciso impedir o próximo passo, que é o de negociar a flexibilização trabalhista. Para isso, os operários devem compreender que sua direção falhou ao se adaptar às manobras da multinacional e de seus aliados governamentais.

Nenhuma demissão!

Não à suspensão temporária!

Não ao PDV!

Não à flexibilização trabalhista!

Em defesa dos empregos!

Unir a classe operária em torno do programa revolucionário!

Governo do PT impõe mais rigor à lei antigreve

Diante da longa greve dos servidores federais, da disposição de manter a paralisação e de exigir as reivindicações, o governo Dilma impôs no dia 24 de julho o decreto nº 7.777 que amplia a lei antigreve já existente. Dois dias depois, publicou a Portaria 260 do ministério da Fazenda, que determina o despacho aduaneiro de mercadorias importadas e o tempo médio para a execução. Trata-se de medidas para assegurar o funcionamento dos serviços públicos federais, durante o período de greve, paralisação ou das chamadas operações de retardamento ou de tartaruga.

Os governos petistas, Lula e Dilma, há muito vêm agindo com mãos de ferro diante dos movimentos grevistas. Lula criou a Força Nacional de Segurança, que tem reprimido as paralisações operárias nas usinas de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e nas obras do PAC. As multas aos sindicatos, as punições e prisões de lideranças e os descontos dos dias parados são executados diuturnamente por esses governos que se diziam “democrático-populares”. Portanto, não fazem senão reproduzir a velha política dos partidos burgueses.

Dilma, pressionada pelos capitalistas que exigem a normalização dos portos e aeroportos para fluir seus negócios e pela burocracia acadêmica das universidades, foi obrigada a dar um passo mais contundente contra a luta dos servidores federais. Instituiu os convênios com os estados e municípios para a contratação de funcionários, que terão a tarefa de substituir os grevistas. E dá poderes para que empresas terceirizadas executem o trabalho nos portos. Os capitalistas não querem ter nenhum prejuízo com a paralisação e, por isso, exigem do governo medidas de proteção. O decreto e a portaria vêm nesse sentido.

Ao invés de convocar os sindicatos para discutir a implementação das reivindicações do movimento, Dilma e os ministérios envolvidos deixam a greve se arrastar por meses. Visam com isso vencer pelo cansaço. Quando os negócios dos burgueses são atingidos, como é o caso das mercadorias importadas, rapidamente impõem mais um decreto repressivo contra os servidores.

É tarefa dos sindicatos e das Centrais rechaçarem nas ruas o decreto de Dilma. A sua derrubada dependerá da força da greve e do apoio dos explorados por meio de ações massivas.

Posição acanhada e legalista da CUT e CSP-Conlutas

Pressionada pelo movimento, a burocracia

sindical precisou emitir uma nota contra o decreto nº 7.777 e a portaria 260. Disse que reagirá por meio de ações judiciais. O Fórum das Entidades Nacionais seguiu a mesma linha. Anunciou que fará uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (ADIN) para revogar o decreto. A CSP-Conlutas divulgou que apoia a ADIN e que estará presente no ato de protocolo da ação. Sindicatos de funcionários públicos pretendem fazer uma denúncia junto a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Como se vê, da CUT à Conlutas, todos enfatizaram o combate pela via institucional (da Justiça burguesa). Não houve, até o momento, uma unidade para convocar os servidores públicos estadual, municipal e federal para manifestações massivas contra tamanha repressão à greve. A derrubada de medidas como essa implica a luta unitária e a ação direta dos trabalhadores. A justiça que pune os grevistas e multa os sindicatos não é neutra para julgar o mérito do decreto. Está a serviço dos capitalistas e do governo. Se por acaso considerar o decreto ilegítimo, os governos não acatarão. Basta que lembremos o episódio da Lei do Piso do magistério. A justiça considerou legítima, mas os governadores não acataram. Se por acaso a Justiça se colocar pela sua “inconstitucionalidade”, exigirá em troca a contrapartida, que é o fim da greve. Portanto, estará legitimando o decreto porque este pressupõe sua extinção após o término da greve.

Campanha contra o Decreto de Dilma e a lei antigreve

Aquira com o distribuidor deste jornal:

A luta dos estudantes da Unifesp Guarulhos contra o privatismo e em defesa da universidade pública

2ª edição

Partido Operário Revolucionário MASSAS

A Corrente Proletária/POR denuncia os atos repressivos dos governantes contra os movimentos sociais. Exige que os sindicatos e as Centrais se posicionem contra a Lei antigreve e contra a Força Nacional de Segurança, criada pelo governo Lula e utilizada com afincamento por Dilma. Rechaça todas as formas punitivas que vêm sendo empregadas para quebrar a luta dos explorados. Critica a utilização da intervenção da Justiça para se contrapor às medidas governamentais de ataque às paralisações dos trabalhadores. E defende as ações unitárias de fortalecimento das greves e de combate à repressão estatal.

O decreto nº 7.777 e a portaria 260 não são medidas isoladas. Ao contrário, reforçam a lei antigreve. Por isso, é fundamental combatê-los de conjunto. Não se trata somente de uma luta dos servidores federais, mas de todos os explorados, em particular da classe operária pelo direito irrestrito de greves e manifestações.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Ceará / Carta convite

Reproduzimos o convite feito em Fortaleza para a formação de um comitê pelo voto nulo

Por um comitê unificado contra a farsa eleitoral

Ante o início do circo eleitoral que busca arrastar os trabalhadores, a juventude e os oprimidos em geral para o apoio às candidaturas burguesas e a formação de mais um governo capitalista, inimigo do povo, o Partido Operário Revolucionário (POR) convoca as correntes e organizações, que não se vergaram ao engodo eleitoral, a se organizarem num comitê contra a farsa eleitoral e a lutarem pela independência política dos explorados.

O avanço da crise econômica mundial, expressão do esgotamento histórico do regime do capital, reserva uma grande

Natal-RN

Campanha eleitoral da Frente de Esquerda - PSOL e PSTU

Nos jornais Massas anteriores, expressamos nossa posição sobre a constituição da Frente de Esquerda em Natal, que se deu sobre a base de chantagens e manobras entre PSTU e PSOL. Agora, no início da campanha eleitoral, a Frente de Esquerda reproduz as campanhas burguesas.

Vejamos o slogan da campanha: “nada é impossível de mudar”. A Frente de Esquerda tem como objetivo alertar a população que é possível mudar a situação votando nos candidatos da frente. Diz que há em Natal “uma cidade partida, uma para os ricos e outra caótica para a população trabalhadora”. E que isso é possível mudar pela via das eleições. Em seus materiais de campanha, chamam à “ruptura radical”.

Nos últimos dias, a imprensa fez toda uma campanha contra o caos no Calçadão de Ponta Negra – local de grande visitação de turistas – afirmando que Micarla (PV) destruiu o cartão postal da cidade. Todos os candidatos às eleições municipais se mostraram indignados com a situação. Os da Frente de Esquerda fizeram o mesmo. Que importância tem isso diante da miséria em que vive a população dos bairros pobres, frente a matança da juventude, que está sendo morta por grupos de extermínio? Nenhuma. Trata-se de uma política burguesa para atrair turistas.

Mas a campanha da Frente de Esquerda vai além. Apresenta algumas propostas para resolver os problemas em Natal, recheadas de palavreado revolucionário. Propõe: “uma revolução na educação, aumentando de 25 para 30% do orçamento da prefeitura para educação” e enfatiza que uma boa educação se faz com dinheiro. No entanto, esconde o crescimento das escolas privada e a necessidade de combater a privatização. Timidamente, levanta a bandeira de nenhuma verba pública para ensino privado. Bandeira essa que tem servido ao reformismo para justificar a defesa da coexistência do ensino privado com o público. E o cumprimento do piso nacional dos professores.

Sobre a saúde, propõe a desprivatização. A solução apresentada pela Frente é reequipar os hospitais e postos de saúde. Vai mais longe: pretende revisar os contratos com as OSCIPs. Lembremos que as OSCIPs foram a porta aberta para a privatização. O PSOL e PSTU ainda se propõem a analisar a política de privatização tão defendida pelos petistas.

A Frente de Esquerda propagandeia o transporte público e a preservação do meio ambiente, por meio da proposta de

ofensiva sobre as condições de vida dos trabalhadores no próximo período. Qualquer candidatura que assuma a direção do executivo municipal para gerir a crise do sistema econômico estará, necessariamente, obrigada a descarregar seus horrores sobre a juventude pobre e a população explorada.

Impõem-se, assim, a unidade na luta para denunciar o circo burguês montado nas eleições e afirmar os métodos próprios dos explorados (greve, manifestações etc) na batalha para superar a sociedade de classes.

“200 mil árvores a serem plantadas”. Como vimos, o candidato a prefeito pela Frente, Roberio, se propõe a resolver os problemas de Natal pela via eleitoral. Os discursos no momento da constituição da frente eram no sentido de não confiar nas eleições, que as eleições serviam para a luta e outras colocações da mesma natureza. Agora, na campanha, chama os trabalhadores a confiar nas eleições para que seus problemas sejam resolvidos. Quanta miséria política!

As reivindicações dos operários, camponeses e explorados em geral ficaram para trás. Os dirigentes dos movimentos sociais são chamados apenas para pedir votos. Coisa que qualquer “líder comunitário” comprometido com as candidaturas burguesas já faz com maestria.

Nos debates e entrevistas, o professor universitário, Roberio Paulino, afirma que sua administração será diferente, pois é composta de pessoas “inteligentes, intelectuais de melhor conhecimento”. No debate da TV Bandeirantes, criticou os demais candidatos ligados as oligarquias e que a administração anterior a Micarla (PV) recebeu uma “prefeitura com dívidas e que ficou de mãos atadas para administrar”. Mais uma vez, expressa que o problema é apenas de recursos para se fazer um bom governo.

O que também chama a atenção, é a candidatura prioritária do PSTU, Amanda Gurgel. A “professora que calou os deputados” tem sido a esperança eleitoral do PSTU. Com o mesmo discurso de que o “povo precisa de uma voz na Câmara” e que por isso “peço seu voto”, não faz nada além de reproduzir as ilusões nas eleições burguesas. Os “trotskistas” do PSTU se enveredaram nos discursos demagógicos e eleitoreiros. Os morenistas se adaptaram ao jogo eleitoral na esperança de galgar um assento na Câmara dos vereadores. Recordemos a aliança recente em Belém com o PCdoB estalinista e governista, tendo em vista a possibilidade de eleger um vereador. Na verdade, o PSTU rejeitou a frente com o Partido Operário Revolucionário em Natal, porque se recusava a discutir e votar coletivamente o programa revolucionário, que implicava usar a tribuna das eleições para pôr em ação a luta dos explorados por suas reivindicações.

O PSTU e PSOL atuam nas eleições na perspectiva de alcançar postos na administração do município. Não defendem a tática eleitoral revolucionária, de usá-la como tribuna dos

explorados contra o sistema capitalista e em defesa das reivindicações de emprego, salário, saúde e educação e em defesa da estratégia do proletariado, que é a revolução proletária.

O POR atuará nestas eleições com um programa proletário

Rondônia

As disputas interburguesas nas eleições para prefeito em Porto Velho

Nesta eleição de 2012, são oito candidatos que disputam a prefeitura do município de Porto Velho. Os candidatos se esmeram nos bairros da periferia da cidade com suas promessas para atrair os explorados. Falam dos problemas mais sentidos por aqueles que são vítimas do desemprego, miséria, arrocho salarial e de outras desgraças que atingem a família operária e camponesa. Trazem na manga da camisa as soluções, que certamente se vinculam ao voto. Por meio dos discursos, os candidatos procuram arrematar o voto da população oprimida.

No momento das eleições, as disputas interburguesas vêm à tona. Os programas eleitorais se diferem na forma. Todos falam da crise econômica, das desigualdades sociais, da falta de emprego, dos salários baixos e da saúde e educação precárias. Prometem governar para os pobres. Os que estão no poder, querem continuar. E os que são oposição, responsabilizam os que estão governando pela miséria e descaso com a cidade. Ambos dependem do voto da maioria explorada para permanecer ou chegar ao poder. Por isso, correm atrás de cada voto nos bairros pobres.

A demagogia impera

Mariana Carvalho/PSDB, que está coligada com o PSD, apresenta o slogan “Para uma Porto Velho mais humana”. Promete a geração de emprego e renda no período posterior à construção das usinas. Diz que irá fortalecer o intercâmbio com Jinan, na China, que é cidade irmã de Porto Velho.

Fátima Cleide/PT, coligada com o PR, tem como slogan “Juntos para fazer mais”. Sua promessa são as políticas sociais e medidas urgentes para melhorar a qualidade de vida da população. Como tem o apoio do prefeito atual, Roberto Sobrinho/PT, Fátima o elogia, mas diz que sua proposta é de fazer ainda mais. O seu vice, Miguel de Souza (PR), foi mais longe. Quer construir um viaduto ligando Abunã ao Pacífico e acentua: “Temos de criar condições para que mais indústrias se fixem em Porto Velho, gerando emprego e melhoria de vida à população, integrando-nos também com os países vizinhos”.

rio e rechaçando a política da burguesia, dos reformistas e dos centristas. E chama a classe operária, os camponeses e a juventude oprimida a ganharem às ruas em defesa do programa operário.

Dentre os candidatos destaca-se o milionário, Mário Português/PPS, proprietário do maior comércio atacadista do estado. Bate no peito se vangloriando de que não precisa de financiamento de nenhum empresário para sua campanha. O demagogo diz que já foi muito pobre e que calçou o primeiro sapato aos 11 anos. Quer arrancar os votos dos miseráveis com essa ladainha de politiquês. Sua candidatura está coligada ao PP, PSDC, PTN, PSC, PRB, PSL e DEM.

O candidato José Augusto/PMDB é médico e proprietário de uma clínica conveniada com o Instituto de Previdência do Município de Porto Velho – IPAM.

Outro médico e deputado federal disputa a prefeitura. Mauro Nazif/PSB procurou ganhar popularidade expondo sua demagogia na greve da UNIR, em 2011 da Unir. Participou das mediações com o MEC. Está coligado com o PDT e usa o slogan “Hora é Agora”. Sempre esteve presente nas coligações com o PT.

O pastor Aluizio/PSOL estreia na política eleitoral.

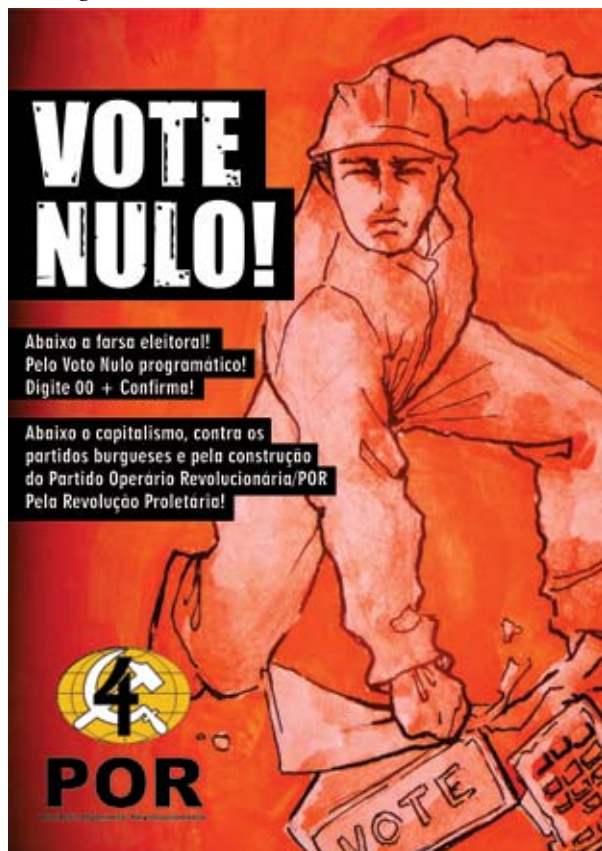
Mário Sergio/PMN, coliga com o PTB, e apresenta o slogan: “Porto Velho é a Gente que Faz”,

O candidato Garçon/PV é deputado federal e já foi prefeito da cidade de Candeias do Jamari, vizinha de Porto Velho. Faz

proselitismo de que é responsável pela transposição dos servidores do ex Território para o quadro de servidores públicos federais. Tem como slogan: “Por Amor a Porto Velho”.

Como se vê, concorrem às eleições municipais toda sorte de demagogos. Do PT ao PSDB as candidaturas e seus programas eleitorais só diferem em graus. Na essência, todos pretendem administrar em favor do capital e da manutenção do sistema capitalista. Usam os pobres e oprimidos para ganhar os votos. No dia seguinte, depois eleito, terá de governar contra a vida da maioria explorada.

O Partido Operário Revolucionário denuncia a farsa eleitoral e chama os operários, camponeses e a juventude a votarem nulo em defesa das reivindicações vitais e do programa proletário, que tem como estratégia a revolução social. E propagandeia a necessidade de pôr em



Manifesto distribuído na marcha de 15 de agosto em Brasília

Em defesa do direito irrestrito de greve! Unidade na luta para arrancar do governo Dilma (PT) as reivindicações dos servidores federais!

Após anos sem reajuste salarial frente à inflação, sem planos de carreira estruturados e com condições bastante precárias de trabalho, os servidores públicos federais iniciaram a sua Campanha Salarial de 2012 desde fevereiro deste ano e, há pouco mais de dois meses, a categoria mobilizada deflagrou paulatinamente paralisações, estados de operação padrão e greves em diversos órgãos do Executivo Federal.

Os professores federais saíram à frente e deflagraram greve há mais de 80 dias. Diante do crescimento nacional do movimento grevista, o governo Dilma Rousseff (PT) apresentou sucessivamente duas propostas rebaixadas às entidades ANDES-SN, SINASEFE e PROIFES. A esmagadora maioria dos professores rejeitaram as propostas em assembleia, tendo em vista que não trazem qualquer ganho, ao contrário, degradam ainda mais as condições de trabalho e estudo nas instituições federais de ensino (IFES). O PROIFES, como entidade governista que é, assinou a proposta do governo, mesmo representando uma minoria de entidades. Apesar da traição do PROIFES, greve segue firme em todo o país.

Juntaram-se aos professores federais os servidores técnico-administrativos da Educação Federal, os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, uma após outras, em torno de trinta categorias do serviço público federal iniciaram mobilizações ou também deflagraram greve: Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ciência e Tecnologia (CAPES), Hospital das Forças Armadas (HFA), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Agências Reguladoras Federais (ANVISA, ANTT, ANP, ANATEL, ANA, ANTAQ, ANCINE, ANS, ANAC e ANEEL), Auditores da Receita Federal, Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Controladoria Geral da União (CGU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e até mesmo os servidores da diplomacia brasileira, do Itamaraty.

As demandas em comum das diversas categorias são reposição salarial dos últimos três anos, estruturação dos planos de carreiras, realização de novos concursos públicos e por melhores condições de trabalho (infraestrutura física e instalações dos órgãos, bastante precárias). Devemos rejeitar as negociações em separado propostas pelo governo federal. Para superar a divisão, é necessário um comando unitário do funcionalismo. Hoje já são mais de 350 mil servidores em greve no país, segundo a Confederação Nacional dos Sindicatos dos Servidores Públicos Federais (CONDSEF), que possui em sua base 26 categorias mobilizadas ou paralisadas. Com exceção dos sindicatos dos professores

federais (ANDES) e dos servidores técnicos administrativos da Educação Federal (SINASEFE), filiados à central CSP-Coluntas, todos os demais sindicatos da categoria são filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Apesar de tanto a CONDSEF como a CUT serem base de sustentação do governo federal petista, as suas direções vem sendo empurradas pelas bases de servidores a enfrentarem a administração Dilma, já bastante descontentes com as inúmeras derrotas e perdas de direitos que vem sofrendo o funcionalismo público federal. No início deste ano, o governo aprovou o fim da aposentadoria integral do servidor público federal e privatizou a previdência federal com a criação do Fundo de Previdência do Servidor Público Federal (FUNPRESP), entidade financeira que administrará as contribuições previdenciárias dos servidores que excederem ao teto fixado por lei. Os governos estaduais já sinalizaram que utilizarão o FUNPRESP como modelo para privatização de suas próprias previdências e, assim, alastrarão esse segundo ataque contra os direitos do funcionalismo público, em continuidade à reforma da previdência do governo Lula.

Desde o final de julho, quando intensificou-se a mobilização dos servidores a nível nacional, diversas manifestações e atos públicos vêm sendo realizados, como o primeiro Acampamento dos Servidores Públicos Federais na Esplanada dos Ministérios em Brasília, na semana de 16 a 20 de julho, a Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais no dia 19 de julho e o Dia Nacional de Lutas nos Estados nos dias 18 e 31 de julho e em 09 de agosto. Além dessas manifestações nacionais, cada categoria em cada Estado tem se mobilizado em Assembleias e manifestações próprias para organizar e mobilizar a sua base.

Pouco a pouco, os servidores recuperam-se do período de letargia por que passaram durante o governo Lula e compreendem o verdadeiro caráter de classe do PT, tendo em suas mãos, a máquina do Estado burguês. Ouvem-se aqui e ali cobranças às entidades sindicais e aos seus dirigentes quanto à sua ausência no último período ou quanto à cooptação de dirigentes aos quadros dos governos e consequente burocratismo das organizações sindicais. No entanto, sejam pelos servidores mais antigos, que trazem ainda em sua memória o período de intensa luta de classes no Brasil nos anos 80 e 90, sejam pelos servidores mais jovens, ainda não amortecidos pela política reformista e de cooptação dos governos petistas, a atual onda de mobilização e greves no serviço público federal reaquece a temperatura da luta de classes e traz à tona insatisfações e críticas laten-

tes no último período.

Intensificam-se as mobilizações dos trabalhadores das obras da Copa de 2014 e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e da indústria por todo o país. Coloca-se a necessidade de unidade do funcionalismo com o movimento operário que sofre as consequências da crise com arrocho e demissões (como no caso da GM). É urgente responder com unidade à política do governo de descarregar a crise sobre as massas e favorecer os capitalistas.

Juntos com as mobilizações operárias e greves das polícias e da educação estaduais, a greve do funcionalismo federal reacende o caldeirão da luta de classes no Brasil. O funcionalismo deu provas que, organizado e em conjunto, é capaz de mobilizar todo o conjunto da economia nacional e colocar em cheque os interesses do grande capital. As paralisações totais e parciais de diversos órgãos (destaque para a greve da ANVISA) e as atividades da Operação Padrão da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, de 6 a 10 de agosto de 2012, frearam por alguns dias a engrenagem da economia brasileira. De imediato, a grande imprensa nacional saiu em defesa do grande capital (prejudicado) e do governo federal (como troca de favores), condenando os servidores grevistas e seu legítimo direito de greve, achincalhando-os perante os demais trabalhadores e fazendo coro à campanha internacional para transformar o funcionalismo em bode expiatório da atual crise e alçá-lo à condição de inimigo número um da economia capitalista mundial em crise.

Na última semana, o funcionalismo público italiano sofreu severa derrota perante nova medida do governo do banqueiro interventor Mario Monti: perdeu 10% de seus salários. Também os servidores públicos da Grécia, da Espanha e Portugal amargam derrotas e perdas de direitos desde o início da atual crise, em 2008. No Brasil, onde a folha de pagamento do funcionalismo público federal representa (em 2012) 4,18% do PIB e, por outro lado, os gastos com a rolagem da dívida pública consomem 47,8% do PIB, o governo federal também se alicerça na crise para drenar ainda mais recursos do Estado (extraíndo das garantias sociais mínimas e da folha de pagamento de seus trabalhadores) aos programas de bonificação ao grande capital em crise, com políticas de isenções fiscais e benefícios, além da injeção direta de recursos públicos através das inúmeras linhas de crédito do BNDES ao grande empresariado.

Os servidores federais mobilizados, apesar do colaboracionismo de suas centrais sindicais majoritárias, devem estar atentos às manobras do governo federal para salvaguarda dos interesses dos grandes conglomerados econômicos mundiais organizados em suas instituições “multilaterais”, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Desde o início do mês de julho, quando apenas apontava a perspectiva de uma greve geral do funcionalismo público federal no país, a presidência da República, através dos seus Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil, ataca continuamente os servidores mobilizados ou em greve com a ameaça do corte de ponto (“Comunicas” do MPOG em 09 e 20 de julho e declarações oficiais), e de substituição

de servidores federais em greve por servidores afins dos Estados e Municípios (Decreto 7.777 de 24 de julho de 2012) e, por último, com o lançamento do programa “Proteger”, em parceria com as Forças Armadas Brasileiras, que prevê medidas corretivas e preventivas (contra possíveis manifestações de trabalhadores e grevistas) a serem tomadas pelas Forças Armadas em defesa “do patrimônio público nacional”.

Durante o atual movimento paredista dos servidores públicos federais em consonância com outros setores da economia também mobilizados, o governo federal gestou um verdadeiro pacote de medidas anti-greve que preveem, como dito acima, até mesmo a intervenção das Forças Armadas. O governo federal vem tratando o atual ascenso da luta de classes de maneira exemplar, em uma espécie de preparação para o duro próximo período. Não resta dúvida que a crise da economia mundial se aprofundará e demorará a se recuperar. Nesse cenário, como vem demonstrando desde o início do governo Lula, o PT já tomou a sua posição, que será à de ataque à vida dos trabalhadores e das massas, especialmente quando estiver em jogo os últimos suspiros da economia capitalista mundial, em franca decadência.

À medida que recebe ameaças do governo federal, o movimento paredista avança. O governo tem sofrido pressões diretas contra seus ministros e contra a presidente Dilma Rousseff. Na última semana, o Secretário Geral da República, Ministro Gilberto Carvalho foi impedido de discursar em evento oficial, sufocado por palavras de ordem de servidores federais em greve, entre elas, as pechas de “traidor” e “pelego”. Em evento no interior de Minas Gerais, em 11 de agosto, a presidenta Dilma Rousseff foi abordada por grevistas que se manifestaram durante seu discurso. Na próxima semana, quando o governo acena com o restabelecimento das Mesas de Negociação, os servidores farão nova campanha nacional em Brasília, com Acampamento na Esplanada dos Ministérios, de 13 a 17 de agosto e nova Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais no dia 15 de agosto. Já circula a proposta de greve geral a partir do dia 20 de agosto, caso o governo não atenda às reivindicações das categorias.

Os ataques ao conjunto dos servidores grevistas por parte do governo evidenciam que, mais que suas pautas específicas, está posto em cheque pelo governo petista o direito de greve dos servidores públicos federais e, exemplarmente, a todo o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Mal se desenvolve com toda a sua intensidade no Brasil, a atual crise econômica mundial, que expõe novamente à luz a decadência do modo de produção capitalista, age sobre o governo reformista do Partido dos Trabalhadores expondo o seu verdadeiro caráter de classe burgueses.

Frente às novas investidas do governo federal contra os servidores públicos federais em ameaça ao seu direito de greve, o Partido Operário Revolucionário levanta a principal bandeira capaz de unificar a categoria e trazê-la ao encontro dos demais trabalhadores e explorados: Em Defesa do Direito Irrestrito de Greve! Pela unidade dos oprimidos! Abaixo o colaboracionismo!

Direção governista do PROIFES/APUB chegou ao fundo do poço! Nossa resposta: não ao golpe da burocracia! Continuidade da greve para arrancar nossas reivindicações!

Que as direções do PROIFES/APUB não queriam a greve, todos nós sabemos. Desde a época das negociações, em que o governo Dilma Rousseff (PT) ganhava tempo adiando a resposta às reivindicações da categoria, a direção do PROIFES/APUB tentava de todas as formas passar uma falsa imagem para os professores de que o governo estava disposto a avançar nas negociações. Ocorre que nada disso aconteceu.

Quando a categoria, inconformada com as condições de trabalho e estudo, resolveu decretar a greve nacional, a direção do PROIFES/APUB fez de tudo nas universidades em que dirige as entidades de professores para que a greve não saísse. Limitando o direito de greve, já espezinhado pelo Estado, pelos patrões e pela Justiça, a direção do PROIFES/APUB tentou barrar mais uma vez a greve colocando em prática o tal do *referendo/plebiscito*.

Derrotado pelas bases em algumas das universidades, cujas entidades dirige, o PROIFES de forma oportunista passou a negociar com o governo, junto com as demais entidades, como se tivesse sido a favor da greve. Tão logo o governo apresentou as propostas, a direção do PROIFES tornou-se o seu representante oficial perante os professores, com a posição falsa de que as propostas representavam um avanço para a categoria. Por último, tenta sepultar o movimento grevista, realizando uma consulta eletrônica minoritária, traindo professores, estudantes e

servidores, assinando acordo em separado com o governo.

Na UFBA, a diretoria da APUB chamou uma assembleia para o dia 07 de agosto, com pauta única: encerramento da greve. Como uma diretoria burocrata, oportunista, imobilista e governista pode chamar o encerramento de um movimento grevista nacional e que ela própria jamais construiu, senão que boicotou sistematicamente?

Nossa resposta tem de ser dada na assembleia. É hora de deixar claro quem pode decretar e por fim às greves. É necessário defender a soberania da assembleia contra os golpes da burocracia governista do PROIFES/APUB. Devemos rejeitar o acordo assinado indevidamente pela direção do PROIFES sem qualquer discussão nas bases, sem consentimento da grande maioria dos professores mobilizados, desconsiderando a luta dos servidores e dos estudantes. Enfim, devemos dar um basta às ações dessa direção que, apoiando-se em um setor da burocracia universitária despolitizada e conservadora, tenta de todas as formas destruir o direito de greve e o movimento grevista nacional. Defendemos: **1) Continuidade da GREVE até arrancar as nossas reivindicações! 2) Em defesa da UNIVERSIDADE PÚBLICA, gratuita, laica, que permita a unidade entre a teoria e a prática! 3) Que Dilma(PT) atenda imediatamente as reivindicações das três categorias em greve! 4) Pela unidade na luta entre professores, estudantes e servidores técnico-administrativos!**

Bahia

Assembleia histórica destitui a diretoria da APUB/UFBA

Depois da traição do PROIFES-Federação ao conjunto dos professores do movimento grevista nacional das Instituições Federais de Ensino (IFES), quando aceitou a proposta rebaixada formulada pelo Governo Dilma Rousseff (PT) que implica perdas na remuneração e desestruturação da carreira docente, a direção da APUB/UFBA, seguindo orientação da direção nacional do PROIFES e do governo, convocou uma assembleia para o dia 7 de agosto, com pauta única: encerramento da greve.

Não contava porém com o processo de radicalização das bases, particularmente na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Por 310 votos a favor da continuidade da greve, 29 contra e 3 abstenções, a base repudiou por ampla maioria a posição da diretoria. Na mesma ocasião, a base exigiu a presença do Comando de Greve na mesa e inversão da pauta, passando, depois de rechaçada a proposta de encerramento da greve, à discussão dos interesses e da pauta do movimento grevista.

Além disso, a assembleia decidiu também pela realização de uma assembleia específica para discutir a destituição da diretoria traidora da direção do sindicato, por sua subserviência ao governo e ao Estado e por desrespeitar desde o princípio as decisões tomadas em assembleia pelos docentes. No dia 15 de agosto, o Comando de Greve foi intimado, antes do início da assembleia de destituição da diretoria na Faculdade de Arquitetura da UFBA por um oficial de justiça, que informou da liminar da Justiça do Trabalho proibindo a realização sob condução do comando de greve da assembleia, podendo inclusive

utilizar de força policial para garantir o cumprimento da decisão.

A base foi informada, portanto, que a diretoria da APUB/UFBA havia ingressado com um Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho, no intuito de proibir o direito democrático de reunião e livre expressão do movimento docente, isto é, o pleno exercício do direito de greve. Na liminar, membros do Comando de Greve são citados como réus, proibidos pela justiça de dirigir a assembleia, sendo imposta

uma multa diária de 5 mil reais até o limite de 30 dias, caso fosse descumprida a decisão. Além disso, dois membros da diretoria da APUB estavam presentes, com filmagem da assembleia e dois seguranças para intimidar os professores. A base decidiu por dar continuidade à assembleia, constituindo uma mesa, passando a discutir sobre a destituição da diretoria.

Ao final a diretoria foi destituída pela esmagadora maioria dos docentes presentes na assembleia, elegendo uma direção provisória.

A diretoria está completamente desmoralizada frente a base docente e tenta agora com a utilização da justiça e do Estado criminalizar o movimento grevista. Na manhã seguinte à assembleia, o Comando de Greve e a direção provisória se dirigiram à sede do sindicato, encontrando a entidade lacrada por cadeados. A base da UFBA mostra que não aceita as manobras do PROIFES e da diretoria governista da APUB e se coloca na linha de frente do movimento grevista nacional na luta contra a burocracia encastelada no sindicato, defendendo com o método da democracia proletária e da ação direta o direito irrestrito de greve.



Responder com luta a privatização da educação

O governo de Rosalba do DEM conseguiu aprovar o projeto que o deixa de mãos livres para avançar ainda mais no processo de privatização nos setores essenciais à população que são a saúde e educação.

Na educação, Rosalba iniciou seu governo com o discurso de que os grandes problemas e o caos era a quantidade de funcionários que não trabalhavam, e começou a caça aos “funcionários fantasmas”. De forma eficiente rapidamente divulgou uma relação dos ausentes das escolas, após a suspensão arbitrária de salários. E, pasmem, uma grande parte dos cassados foram professores aposentados, professores que já morreram e outros que estavam afastados por conveniência política, que dependendo da força se mantiveram fora das escolas do mesmo jeito. A secretária Betânia fazia questão de dizer que não convocava novos professores enquanto esses fantasmas não voltassem às escolas. Entramos no segundo semestre e mesmo a segunda chamada dos professores ainda não conseguiu resolver os problemas da falta de professores.

O governo do DEM pretende terminar seu mandato com um avançado processo de privatização implementado nos órgãos públicos. Os serviços de limpeza nas escolas funcionam com grande parte de funcionários terceirizados que trabalham e não recebem seus salários em dia. Com a aprovação das OS's, o governo pode privatizar um setor inteiro da educação.

Hoje, as direções de escolas, eleitas pela comunidade escolar, são chamadas a “vigiar” os servidores diariamente e colocar falta. Dependendo do diretor ser ou não capacho de Rosalba, o desconto de salário é imediato, caso não se enquadre nas justificativas que o governo mesmo criou.

Governo não responde ao quadro incompleto de servidores?

Muitas escolas continuam ainda no segundo semestre com falta de servidores. O governo tem estimulado as direções a chamar a “comunidade escolar” a ajudar a escola, com o voluntariado, fazer “parcerias” com escolas privadas, enfim, o estado se isenta da garantia do ensino público e gratuito. Para responder aos baixos índices do Ideb, em especial no ensino médio, o governo apela para a comunidade para exigir dos professores o “compromisso” e que estes profissionais devem trabalhar com paixão. E ainda justifica que o primeiro motivo dos índices baixos foi a greve de 2011.

A educação como um todo no RN tem enfrentado os mais diver-

sos problemas. Os técnicos burocratas que se encastelam em seus gabinetes e tiram projetos prontos para serem implementados sabem que nenhum deles responde às situações concretas dos estudantes. Os estudantes não se sentem motivados e a sua grande maioria afirma está na escola apenas para conseguir a declaração de conclusão para apresentar nas empresas.

Promotoria continua a serviço do governo

A Promotoria tem cumprido um papel muito importante para o governo de Rosalba, pois tem ido às escolas e fechado turmas, juntando turmas com menos de 40 alunos. É a mesma Promotoria que impediu os servidores de ter acesso à merenda escolar, com um discurso de moralidade. Para isso foi eficiente, no entanto, fecha os olhos para as escolas onde os alunos são jogados em cubículos, como na Escola Celso Cicco em Ceará Mirim que há um ano o governo se comprometeu em reformar e os alunos foram jogados em um espaço muito pequeno. Os concursados até hoje estão sem receber seus salários, uma parcela dos temporários também não tem resposta para seus salários atrasados. Para exigir do governo não vemos a mesma eficiência da promotoria.

A direção do SINTE/PT se esconde da categoria e não organiza a luta

Não é novidade que a direção do Sinte se cale diante de todos estes ataques que os trabalhadores em educação estão sofrendo. Tivemos nossa última assembleia em abril e a direção já se preocupava apenas com as eleições do sindicato. No segundo semestre, ainda tentou esbravejar dizendo que ia chamar greve. Nada mais falso! Agora se preocupa em encaminhar a campanha para prefeito de Natal e os interesses dos trabalhadores que esperem. Uma direção subserviente ao governo, que não organizou os trabalhadores a reagir contra a privatização porque é conivente, pois seu governo Dilma já implementa essa mesma política.

A Corrente Proletária na Educação entende que nossa resposta deve iniciar em nossos locais de trabalho, com discussões das medidas privatistas do governo do DEM, construir uma oposição a direção estadual do Sinte/PT. Reagir para derrotar a política do governo DEM, a direção do Sinte e construir comitês nas escolas em defesa da educação pública com o apoio de toda a comunidade escolar.

Contra a transferência da Unifesp do bairro dos Pimentas

A proposta de transferência da Unifesp de Guarulhos para São Paulo, elaborada por um grupo de professores e apresentada à reitoria por meio de um dossiê, deve ser rechaçada pelo movimento de estudantes, técnicos e professores pelo seu conteúdo elitista, por ser mais um ataque ao movimento e para defender uma reivindicação dos moradores do bairro por uma universidade pública.

A composição social da Unifesp de Guarulhos a torna um terreno fértil às mobilizações, que de fato têm acontecido, desde a sua fundação em 2007. São levantes radicalizados nos métodos de luta e organização, como a greve com ocupação em 2008, com 48 processados criminalmente. No ano de 2012, os estudantes estão há 147 dias em greve, com duas ocupações, duas invasões da PM e o peso de mais 81 processos. Radicalidade necessária para enfrentar o Estado, sua política privatista,

sua intransigência na negociação e para enfrentar seu braço armado que atira em estudantes por estarem resistindo à destruição do ensino público com as forças de que dispõem, as da mobilização.

A parcela de professores que defende a transferência do campus para São Paulo alega que o “entorno degrada a universidade”, ou seja, querem torná-la mais atrativa, mais disputada, favorecendo a elitização da universidade. Esse grupo da burocracia universitária foi trazido à Unifesp de fora, mantém relações com quem os indicou, portanto estão ainda mais distanciados e em oposição aos que estudam e trabalham e também em relação aos assalariados que moram no entorno do campus do Pimentas. Quando propõem a saída do lugar, buscam levar a universidade para ainda mais longe dos assalariados, e chantagear o movimento que luta para que o governo garanta as condições

básicas para a realização do ensino.

A transferência seria um duro golpe no movimento, enfraquecendo as bandeiras e métodos de luta adotados. O movimento de uma universidade mais elitista expressaria as ideias e os interesses da burguesia e da classe média ávida de ascensão social, que defendem como “sagrada” a propriedade privada, e por isso são incapazes de garantir a educação a todos, como um direito democrático, e não um privilégio. Seria uma manobra contraposta à defesa de fato da reivindicação dos assalariados, como os do Pimentas, que lutaram pela construção de uma universidade no bairro, para que também pudessem ter acesso ao ensino superior.

Pelo fim do ensino privado, estatização sem indenização e controle coletivos pelos que estudam e trabalham, para que os moradores do Pimentas e todos os demais trabalhadores possam estudar na Universidade

A defesa da Unifesp no bairro dos Pimentas é uma luta que deve ser travada e que vai ao encontro da própria reivindicação dos moradores, mas será limitada se não for capaz de avançar para a defesa da estatização sem indenização do ensino privado, por causa da ausência

Paraíba

Barrar a EBSEERH com luta!

O Governo Federal e as reitorias tentam de todas as formas enfiar a EBSEERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) goela abaixo nas universidades. Fazem chantagens com a contratação de pessoal, a apresentam como a panaceia que salvará os HUs, pisoteiam a autonomia universitária, violam até mesmo o ordenamento jurídico burguês, prometem benefícios à burocracia e ainda contam com a passividade de setores do movimento que a vêem como uma fatalidade. Segundo declaração, de 16/08/2012, do diretor do HU da UFAM (Universidade Federal da Amazônia) vinte hospitais, de onze universidades, já aprovaram a entrega de seus HUs para serem geridos pela EBSEERH. O período de greve está sendo aproveitado para passar esta medida a toque de caixa nos Conselhos Universitários ou fazer a adesão monocrática via carta do reitor.

Combater as medidas privatistas

A EBSEERH é parte da aplicação das políticas mercantilistas e privatistas, orientadas pelo Banco Mundial e impostas pelos governos de FHC, Lula e Dilma. Não podemos desvinculá-la da orientação mais geral do governo de Dilma (que dá continuidade aos governos de FHC e Lula) de mercantilização da educação, com subsídios cada vez mais elevados aos capitalistas do ensino privado; da privatização dos aeroportos e rodovias; da aprovação da Previdência Privada aos servidores federais; do corte de 50 bilhões do setor social e destinação cada vez maior de recursos para salvar bancos, montadoras, empreiteiras, mineradoras, latifundiários etc. Ou seja, o combate à EBSEERH é parte da necessária oposição revolucionária ao governo burguês, antinacional e antipopular de Dilma.

Hoje há 46 Hospitais Universitários no país, constituindo a maior rede de hospitais do SUS, com 10% dos leitos e 12% das internações. A maior parte da assistência de alta complexidade é feita nestes hospitais (50% das cirurgias cardíacas, 70% dos transplantes, 50% das neurocirurgias e 65% dos atendimentos em malformações craniofaciais). Mais do que isto é espaço de prática dos futuros profissionais de saúde.

Desde a década de 1990, os HUs estão sendo precarizados, levando a um grande déficit de profissionais, supridos precariamente por meio de terceirizações. O problema se arrastou e chegou-se a 26 mil

desse mesmos moradores na universidade.

O Estado é instrumento do grande capital, manuseado para criar as condições para a sua valorização. Uma das medidas empregadas é a destruição do ensino público e o favorecimento do setor privado, com isenção fiscal e perdão de dívidas bilionárias. Hoje, mais de 89% das instituições são privadas e apenas 10% da população conclui o ensino superior. O direito à educação é arrancado da esmagadora maioria dos filhos dos operários, e os do bairro do Pimentas fazem parte desse conjunto. As condições de vida, a sobrecarga de trabalho sequer garantem que concluam o ensino médio, o que dirá transpor o filtro do vestibular para ingressarem numa instituição pública, assim como não possuem condições que lhes permitam pagar por aquilo que deveria ser um direito a todos em todos os níveis.

Pela permanência da Unifesp no Bairro do Pimentas!

Pela expropriação, sem indenização de toda a rede privada de ensino, e controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham, como condição necessária para o acesso à universidade dos moradores do Pimentas!

Rechaço à transferência da Unifesp, como parte da defesa do movimento por condições elementares de ensino!

funcionários terceirizados nos HUs em 2006, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) deu um longo prazo, até 2010, para o governo se adequar à lei. Agora, para resolver o problema das terceirizações, o governo apresenta uma “solução” que irá acabar de vez com os concursos e o regime jurídico único, sacramentando as contratações precarizadas via terceirização.

A privatização dos HUs já caminha a passos largos, tendo como marcos a criação das Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP), em 2007, e o lançamento do REHUF – programa nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, em 2008, tendo como modelo os hospitais do estado de São Paulo, geridos pelas Organizações Sociais (OSs) – que já se espalham por vários municípios e estados no país – e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, gerido por uma empresa pública. Em Porto Alegre, por exemplo, já se instituiu a dupla porta de entrada, os recursos privados totalizam 4% das receitas, mas 12% dos leitos foram privatizados. A elitização é evidente.

No último dia de prazo dado pelo TCU, 31 de dezembro de 2010, Lula, no apagar das luzes de seu governo, com a MP 520, criou a EBSEERH. Ao expirar em junho de 2011, a MP foi reeditada em regime de urgência pelo governo Dilma, dando origem ao PL 1749. Por meio desta empresa pública de direito privado, será possível: a transferência de patrimônio público, flexibilização de direitos dos trabalhadores do serviço público, financiamento de políticas sociais mediante a celebração de contratos de gestão, captação de recursos com venda de serviços, inclusive de setores privados, patrocínio de entidade fechada de previdência privada etc. Trata-se de um claro retrocesso nas condições de estudo e trabalho, retirada de direitos trabalhistas, ataque à autonomia universitária e piora no atendimento à população por meio da mercantilização da saúde e elitização dos HUs.

Burocracias são aliadas do governo

As burocracias universitárias, em especial os reitores, são os maiores aliados do governo federal na entrega dos HUs à iniciativa privada. Elaboraram em conjunto com o MEC uma cartilha que repassa as chantagens e mentiras sobre a EBSEERH. Orientam que basta uma carta do reitor, ou do conselho diretor do HU, por exemplo, para firmar a adesão, dispensando até mesmo os já burocráticos Conse-

Ihos Universitários, desconhecendo o artigo 207 da Constituição e a formalidade democrática. Em Campina Grande, o reitor Thompson Mariz alinha-se plenamente à política privatista do governo federal. Amplificou a chantagem de que sem a adesão à EBSEH o HUAC fecharia em 2013 por falta de funcionários. Em vez de repercutir o argumento do governo para forçar a entrada da empresa, deveria ter exigido concurso público para preencher os cargos necessários. Aparentemente, Thompson, depois de uma década na reitoria, busca na EBSEH uma sequência para seu carreirismo. Sua proposta de criação da Universidade Federal do Sertão não decolou e a Lei da Ficha Limpa o impossibilita de participar das eleições como candidato. Não estranharemos se conquistar um posto de direção na empresa.

As manifestações estudantis, somadas ao posicionamento dos sindicatos de docentes e servidores, forçou o colegiado pleno a convocar um Fórum de debates sobre a EBSEH. O Fórum, aberto a toda comunidade, reuniu-se nos dias 28 e 29 de maio e após muito debate aprovou a Carta de Campina Grande, rechaçando a adesão à EBSEH. O reitor convocou o Colegiado Pleno para tratar da questão no dia 28 de junho. Diante do movimento da comunidade universitária às portas da reunião, o reitor acatou conferir o quórum e prontamente aceitou que a reunião não ocorresse. Em seguida, no mesmo dia, resolveu assinar a adesão monocraticamente. Pisoteou a Autonomia Universitária, vilipendiou até mesmo o Colegiado Pleno mostrando até onde os apetites pessoais e a subordinação à política de destruição do ensino superior público e gratuito podem ir.

Por meio do Comando Local de Greve, foram feitas ações de rua e articulações para reverter a decisão do reitor. Na reunião ampliada do Comando Local da Greve no HU, no dia 27 de junho, tirou-se inclusive a orientação de não aceitar a adesão mesmo que passasse no Colegiado Pleno, que deveria ser impedido até mesmo pela ação direta. Quando o reitor passou por cima do Colegiado Pleno, porém, o Comando emitiu uma nota reconhecendo este como a instância em que a decisão deveria ser tomada, coincidindo com a orientação nacional do ANDES de atuar nos conselhos universitários para barrar a EBSEH. Ao ser pressionado, o Conselho Deliberativo do HUAC/Campina Grande rejeitou a adesão à EBSEH, assim como o Conselho Municipal de Saúde. O Tribunal Regional Federal da 5ª região se decidiu, na primeira semana de agosto, pela contratação de funcionários por meio de concurso público, golpeando o argumento catastrofista de fechamento do HU por falta de funcionários em 2013.

Thompson, oportunisticamente, alega que a decisão tornaria confortável a situação de Campina Grande, mas não a de Cajazeiras, onde o Hospital Universitário está em processo de transição da prefeitura para a uni-

versidade. Diante disto, na última semana, o Comando Local de Greve organizou uma caravana em defesa dos Hospitais Universitários rumo a Cajazeiras. Fomos recebidos com o discurso de que Campina Grande deveria respeitar as particularidades de Cajazeiras, que a não adesão levaria à responsabilização pelas possíveis mortes das crianças atendidas no local, e que diante da inevitabilidade seria necessário tentar mudar a EBSEH por dentro, aderindo provisoriamente e depois avaliando. Por trás do discurso que inclusive hostilizava os militantes vindos de Campina Grande, mal se disfarçavam os interesses da burocracia universitária e do empresariado local. Entre os estudantes, misturava-se a convicção dos malefícios da EBSEH com a do “fato consumado”. A Corrente Proletária Estudantil interveio com seu boletim e alertou que a EBSEH é irreformável, deve ser rejeitada em seu conjunto; não devemos confiar no campo legal, pois a justiça é de classe; as particularidades não devem ser o eixo central, pois levam à divisão, afinal, as particularidades de Cajazeiras não mudam o caráter privatista da EBSEH, que é uma política nacional e até mesmo internacional. O movimento estudantil cajazeirense saiu fortalecido da atividade, convencido de que é necessário travar uma forte luta contra a privatização.

Por mais que as medidas legais e interburocráticas garantam mais prazo para bloquear a privatização, não devemos apostar nossas fichas nesta via. Este é o terreno em que a burguesia sempre tem vantagens, é o terreno das negociatas, acordos de cúpula, reuniões a portas fechadas e acomodação de interesses carreiristas. Evidentemente, há contradições a serem observadas. Após o posicionamento do Conselho Deliberativo do HU contra a EBSEH, por exemplo, a reitoria tenta mudar a composição desta instância, com a redução de conselheiros eleitos pela base, estudantes e funcionários e fortalecendo a participação da administração em seu interior.

As disputas interburocráticas, porém, não podem nortear nossa luta. Da mesma forma, não podemos nos limitar a exigir que o Colegiado Pleno se reúna e decida. Os conselhos superiores não expressam de fato a comunidade universitária, mas sim as políticas governamentais que encontram acolhida na burocracia universitária. A privatização do HU deve ser amplamente debatida e deve ser convocada uma Assembleia Geral Universitária em que professores, estudantes e funcionários se expressem por meio do voto universal. Devemos buscar a unidade com os trabalhadores usuários dos HUs. Nossa luta deve ser contra a privatização dos HUS, por um Sistema Único de Saúde de fato integralmente público e gratuito, sob controle dos trabalhadores. Que nenhum trabalhador seja demitido, que os terceirizados sejam incorporados como servidores públicos. *Que o combate à EBSEH seja parte da luta contra a mercantilização da saúde e educação.*

Governo Dilma salva fazendeiros e suas laranjas enquanto promove miséria entre os camponeses

No dia 26 de julho, membros e representantes do setor de citricultura saíram em protesto em São Paulo. Denunciavam que a desvalorização do seu produto estava impedindo o escoamento de suas mercadorias. Prontamente, o governo federal saiu em socorro dos fazendeiros de laranja, emitindo uma portaria que adiou o pagamento de suas dívidas.

As empresas Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coimbra controlam 85% do mercado mundial de suco. Consolidaram esse império mediante a violência e exploração. São Paulo e Flórida são os maiores expoentes na produção e processamento da fruta. No primeiro estado, o fortalecimento dessas empresas está diretamente relacionado com o aumento da miséria no campo. Desnacionalização e concentração de terras, grilagem, expulsão de camponeses, superexploração da mão

de obra nas fazendas, terceirizações, marginalização, violência e monocultura são seus aspectos.

Já na Flórida, a história do comércio da laranja está intimamente relacionada com a violência do capitalismo em seu processo de consolidação. No século 19, os EUA compraram a Flórida do México. Porém, seus verdadeiros donos eram os Seminoles, população indígena que se estabeleceu na região, originada da interação entre diversos grupos indígenas que migraram do sudeste com os negros que ali se encontravam, fugitivos da escravidão do império espanhol.

O governo estadunidense incentivou o estabelecimento de camponeses na região, garantindo pequenas propriedades àquelas famílias que vencessem a resistência indígena. Houve muitos conflitos, saques, assassinatos e guerras, até que, enfim, a Flórida se tornou

território de fato dos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra, com a ampliação do mercado mundial de suco de laranja, o governo promove a expulsão dos pequenos agricultores que haviam triunfado sobre os Seminóles.

Os pequenos produtores que permaneceram foram obrigados a se estabelecer nas terras pantanosas, impróprias para o plantio, mas, devido à falta de opções, tentavam trabalhar nessas áreas. A geada de 1989 liquidou definitivamente a pequena produção de laranjas na Flórida. Seus filhos e Netos foram para as cidades ou passaram a vender sua força de trabalho para os novos donos dos pomares, sem quase nenhuma garantia dos direitos sociais e nenhuma organização política. As terras foram para as mãos de grandes capitalistas. Entre estes, destacam-se Coca-Cola e Pepsi. Mas também é forte a presença de oligarcas brasileiros, como a família Cutrale e a família Moraes, do grupo Votorantim (dono da Citrovita) que passam a concentrar os pomares e seus lucros.

No Brasil, o oligopólio de laranja tem início na década de 1990 e se consolida no decênio seguinte. A impossibilidade de desenvolver outras culturas, a mecanização e as terceirizações agravam a miséria camponesa. As alternativas burguesas de controle dos cartéis e de suas ações “ilegais” fracassam. Um exemplo foi o processo instaurado pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), chamado operação Fanta que, evidentemente, não deu em nada.

Os grandes grupos industriais controlam o mercado mundial e definem as políticas das semicolônias. Concretamente, os explorados do campo estão vendo que a classe capitalista não se importa com eles e que a ganância burguesa é contrária às suas condições de existência. Mesmo assim, pequenos produtores, por falta de uma liderança revolucionária, não tem outra saída a não ser lamentar e rezar para que o governo apure os crimes cometidos contra eles, auxilie suas cooperativas, lhes aumente o crédito e que os capitalistas valorizem seus produtos.

No começo do mês de junho, pequenos agricultores acamparam em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Organizados pelo

Direção do SINDISAÚDE/PSOL troca a luta por cooperativa de crédito – Qual o papel dos sindicatos?

Manter-se na luta contra o rebaixamento salarial!

Nada de cooperativa de crédito

A direção do Sindsaúde pretende, com mais três sindicatos da área da saúde (SINDMED, SOERN, SIPERN), se inserirem uma rede de cooperativas de crédito com o objetivo de oferecer aos servi dores empréstimos com baixos juros.

O SICOOB/sindcred é uma rede de cooperativas ligadas a um banco, esse banco é o banco Cabral Brasil de origem argentina, mas com intervenção em 8 países. Em 2008 esta instituição financeira realizou cerca de 37 mil operações, emprestando cerca de 1,4 bilhões no Brasil. Suas taxa não são diferentes do mercado, obedece a média geral que hoje é de 2,09% ao mês. Ano passado (2011) teve seu lucro líquido de 875 bilhões e sua carteira expandiu 21,6% em 2009.

O que vemos são 4 sindicatos da área da saúde, se unificando para adentrar em uma cooperativa de lógica burguesa de lucro, mas não se unificam para a luta. No momento em que o governo estadual e o município de Natal vem entregando a saúde ao setor privado, em forma de parceria público privado e terceirização, o sindicato chama os trabalhadores para discutir como se endividar mais.

Apolítica do governo federal é de ampliar o crédito, e ampliando a rede de cooperativas o governo consegue jogar o peso da crise econômica nas costas dos trabalhadores. A SICOOB aumentou seus

Movimento Camponês Popular (MCP) foram à Brasília reivindicar do governo a renegociação das dívidas que 800 mil famílias têm com o PRONAF. Também fez parte das exigências uma nova política, contrária da atual, que aumenta os lucros das multinacionais e a exploração camponesa. Reivindicavam maior valorização do trabalho camponês pelas grandes empresas, que nunca pagou tão pouco pelos seus produtos. Os burocratas a serviço do imperialismo os ignoraram. Não conseguiram nada. Cinquenta e dois dias depois, em São Paulo, os ricos fazendeiros derramaram suco, distribuíram algumas laranjas e ameaçaram. Resultado: o pagamento do crédito rural foi adiando para o ano que vem.

Fica explícito que a classe média arruinada e explorada, tanto do campo quanto da cidade, os operários e a juventude não têm mais nada que esperar do governo e do Estado burguês. O MST e a CUT devem romper com o governo e parar de repetir a mentira de que o governo Dilma é um governo “em disputa”. O PT segue os ditames das multinacionais. A socialdemocracia não pode proteger a maioria explorada da crise que lhes imporá grandes sacrifícios.

O capitalismo está esgotado historicamente. Isso não significa, entretanto, se furtar do trabalho sistemático pela sua derrubada. Ao contrário, a história demonstra que o capitalismo pode se manter mediante suas guerras e com o fascismo; com a intensificação da exploração e a decadência humana; com o egoísmo, misticismo e fanatismo burgueses. Em suma, pela barbárie social.

A crise econômica e o esgotamento histórico do capitalismo impõe o aprofundamento da luta de classes. Evidencia a necessidade da mobilização operária, da expropriação dos capitalistas e da entrega das terras aos camponeses. A crise e suas consequências coloca na ordem do dia a tarefa de organização mundial do proletariado, através da luta pela independência de classe e da edificação da quarta internacional. A crise tende a levantar os explorados. Mas o despertar do sono reformista depende da assimilação do programa marxista. Para que as massas não perambularem sonâmbulas, a consciência socialista deve guiar a marcha revolucionária.

participantes em 10 anos, saindo de 1,5 milhões para 5,5 milhões.

A política do sindicato deve ser outra. A propaganda que o sindicato usa é a mesma dos bancos, com as mesmas fraseologias burguesas de “banco nosso”, “taxas baixas”, que na realidade o que acontece é o maior endividamento dos servidores-estimulado pela direção, o comprometimento das finanças do sindicato e no final o banco não é nosso, pois os lucros são embolsados pelos capitalistas nos deixando cada vez mais endividados.

A Corrente Proletária na Saúde – POR questiona a disposição da direção que tem tempo para organizar a cooperativa financeira e não tem tempo para responder a altura os ataques do governo. A necessidade do trabalhador põe em pauta outra demanda. O governo DEM vem tornando tudo que é público em serviços privados.

Em períodos de crise mais do que nunca o papel dos sindicatos deve ser de manter-se organizado para a luta contra os governos. Qualquer adaptação as políticas que desvie o papel dos sindicatos significa a facilitação dos ataques e avanço no processo de privatização. Garantir nossos empregos e um salário que nos dê condições de sobrevivência passa pela luta coletiva dos trabalhadores. Queremos um sindicato voltado para a luta. Não um clube de encontro ou uma cooperativa financeira. Por isso, somos contrários a essas políticas.

Nesta edição:

- Matança de grevistas na África do Sul
- Prepotência britânica
- Argentina: novo avanço kirchnerista sobre o setor petrolífero
- 47 anos do assassinato de C. Lora e I. Camacho
- Evo Morales inimigo dos trabalhadores

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



África

Matança de grevistas na África do Sul

Não se tem ainda o número exato de mineiros sul-africanos que morreram em confronto com a polícia. Fontes oficiais estimam 34. A mina de platina em Marikana, próximo de Pretória, foi palco de uma violência contra trabalhadores grevistas que não se via desde 1994 com o fim do regime do apartheid. O sindicato dos mineiros confirma 36 que tombaram fulminados pela polícia.

Os jornais informam que os operários diziam dispostos a morrer pela greve. A polícia herdada do regime da burguesia branca colonizadora respondeu aos manifestantes com armas de guerra. Se os mineiros de Marikana estavam decididos a morrer pela greve, é porque já não suportavam as condições de existência e porque elevaram sua consciência revolucionária.

A matança de homens desarmados expõe a barbárie capitalista sem atenuantes.

A polícia justificou o banho de sangue com o argumento de que foram ameaçados com facões, quando dispersavam 3 mil mineiros. O absurdo do argumento é parte da barbárie.

A greve atinge os interesses da empresa britânica Lanmin. A polícia foi encarregada pelo Presidente Jacob Zuma de esmagar o movimento. A defesa do capital imperialista pelo governo negro à custa do sangue do proletariado negro mostra o quanto a África do Sul permanece na condição país colonizado.

Enfatizamos a cor negra porque desde 1910, quando foi fundada a União da África do Sul sob o domínio do imperialismo inglês, a burguesia branca – formada pelos colonizadores holandeses e alemães (africânderes ou bôeres) e por britânicos – impôs à maioria negra africana o regime de segregação racial (apartheid). As etnias colonizadas estavam proibidas de ter a propriedade da terra, não tinham quaisquer direitos políticos e moravam em zonas separadas da população branca ultraminoritária.

Em 1948, com o Partido Nacional (NP), a segregação e a violência contra os negros recrudesceram. A resistência à opressão de classe e racial, no entanto, levou à constituição do Congresso Nacional Africano (CNA), já em 1912. Na década de 50, o levante dos explorados ganhou amplitude. Em contrapartida, cresceu a violência da burguesia branca.

A morte de 67 negros em 1960 pela polícia, denominada de Massacre de Sharpeville, marcou o declínio do regime do apartheid e o avanço do movimento das massas oprimidas. A condenação do dirigente do CNA, Nelson Mandela, à prisão perpétua e a brutal repressão não quebraram a resistência, apenas retardaram a remoção do regime do apartheid, que ocorrerá em 1994. Mandela é eleito presidente.

A solução negociada entre o CNA e o governo de Frederik de Klerk

permitiu que se mudasse o governo e que Mandela ocupasse o posto da presidência, mas também garantiu a permanência do poder da burguesia branca e dos interesses do imperialismo. Ao se conservar o poder econômico da classe capitalista e o funcionamento do Estado burguês, não foi possível eliminar as raízes do apartheid.

O governo do CNA passou a trabalhar para o enriquecimento da mesma classe que colonizou os africanos desde 1652, quando os holandeses estabeleceram na região a Companhia das Índias Orientais, constituindo uma feitoria. A maioria negra da população continua sem acesso às terras, o desemprego açoita milhões e a miséria predomina.

O CNA se corrompe sob a direção de Jacob Zuma, acusado de favorecer empresas de armamento. Mandela, completamente apodrecido no exercício do poder burguês, o apóia para a presidência, em 2009. Esse mesmo bandido da burguesia branca ordenou o massacre dos mineiros em 16 de agosto de 2012. Choro, se diz chocado com “essa violência sem sentido”: “Instruí as forças da ordem a fazer tudo para manter a situação sob controle”. Essa violência tem sentido sim – serviu aos interesses do capital britânico e de toda burguesia que tem o proletariado em luta como inimigo mortal.

Os explorados sul-africanos foram traídos pelo CNA. A experiência histórica evidencia que uma organização pequeno-burguesa não conduz ao fim da opressão de classe e racial. O CNA com toda sua trajetória de luta e sacrifícios pelo fim do regime do apartheid concluiu como traidor justamente porque se submeteu ao poder econômico da burguesia interna e do imperialismo. Coube ao governo do CNA esmagar a greve dos mineiros de Marikana e derramar sangue dos operários negros. Esse é o fim do CNA, já desmoralizado perante os pobres e oprimidos.

A classe operária mundial deve denunciar esse bárbaro crime do governo Zuma, da burguesia sul-africana e do imperialismo inglês. O programa de combate à barbárie é o da expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva. Para isso, é necessário construir o partido marxista-leninista-trotskista.

Quanta falta nos faz a IV Internacional! Quanta necessidade temos de levantar os explorados contra os ataques da minoria contra a maioria! O banho de sangue em Marikana espelha a brutal crise de direção. A brutalidade da burguesia contra grevistas desarmados, no entanto, forja nas massas a necessidade de pôr em pé o partido da revolução proletária e fortalece em sua vanguarda a compreensão de seu lugar no combate ao capitalismo.

Denunciamos mais esse crime dos capitalistas! Viva os mineiros sul-africanos! Lutemos pela revolução e ditadura do proletariado!

Prepotência britânica

O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, passou a ser alvo de perseguição dos Estados Unidos, que o quer punir pela divulgação de milhares de documentos secretos na internet. A exposição das intervenções, interferências e ações no mundo todo do imperialismo norte-americano enfureceu a burguesia e seu governo. O gigantesco aparato de espionagem, policial e militar, bem como a rede diplomática, foram exibidos em tal magnitude que o governo considerou um problema de segurança nacional.

Não é desconhecida existência desse polvo que envolve governos, militares, políticos, autoridades, intelectuais, instituições, empresários, chefes religiosos, etc. O imperialismo norte-americano atua em toda parte. Não há conflito, conspiração, golpe, atentado, sabotagem, altas negociações, contra-revolução, etc. que não tenha as mãos das agências de espionagem, de controle político e militar. O seu poderio econômico se expressa no poder militar e vice-versa.

Julian Assange contou com a colaboração do soldado Bradley Manning, que, segundo o governo, teria vazado os documentos dos arquivos confidenciais. Bradley poderá ser condenado à morte por conspiração, espionagem e traição.

O australiano Julian Assange poderá ser extraditado para os Estados Unidos e ter o mesmo destino de Bradley. Na Suécia, inventaram um crime sexual com duas mulheres, com as quais teria tido relação indevida, que permitiu, por conta de uma particularidade da legislação sueca, ser acusado de estupro. Os Estados Unidos esperam que o governo sueco o prenda e o extradite. Está aí a razão de Assange ter se refugiado na embaixada do Equador, na Inglaterra.

O governo inglês exige que seja entregue, sob a alegação de que foi condenado pelo tribunal e estava em liberdade condicional. Diante da não aceitação do governo equatoriano, as autoridades inglesas ameaçam invadir a embaixada. Está estabelecido o conflito entre o Equador e a Inglaterra. Na realidade, entre o pequeno país latino-americano e os Estados Unidos, Inglaterra e Suécia.

Denunciamos o imperialismo e defendemos a liberdade tanto de Assange quanto de Manning. Não cometeram nenhum crime contra os povos ou contra a população norte-americana. Assange e Manning deram a conhecer os arquivos secretos que ocultam a responsabilidade da burguesia imperialista e dos governantes perante a barbárie praticada em todo o mundo.

Argentina: novo avanço kirchnerista sobre o setor petrolífero

O desenvolvimento das contradições criadas pela crise dá conta das tendências históricas mais profundas que levam a sua resolução pela via da revolução e ditadura proletárias.

A crise energética aprofunda-se. Nenhuma medida consegue amenizar as consequências que tem para o esgotado Tesouro a queda na produção e a perda da autossuficiência energética do país. Porém, o principal problema é que as consequências dela potencializam-se com o aprofundamento da crise econômica. E vão além de só resolver o auto-abastecimento nacional. São essencialmente políticas, com profundas consequências para o desenvolvimento da luta de classes no país.

O Decreto 1.277: uma medida forçada pelos fatos objetivos

O déficit energético, as reservas desabaram, o esgotamento dos poços convencionais, as gigantescas somas de capital a investir na produção de shale-oil e shale-gas, combinam-se à retração econômica, a queda dos volumes das exportações energéticas e a alta dos preços das crescentes importações de combustíveis e maquinarias, o aumento dos preços internos, o déficit fiscal, as ameaças de desemprego nas indústrias e setores chave da economia, o encarecimento da obra pública, o aumento inflacionário que liquidifica os salários (que golpeiam diretamente o ânimo das massas) que, dentre outros fatores, constituem o terreno para que se aprofundem e estendam os desequilíbrios políticos e sociais que devem ser administrados pelo governo. Nesse quadro, a expropriação de 51% das ações da Repsol na YPF, longe de outorgar um impasse ao kirchnerismo, aprofundou a crise precedente porque ficou clara a profundidade e extensão do desinvestimento no setor nas últimas

décadas.

É a força dos fatos e não suas próprias convicções o que o obrigou a avançar ainda mais no controle da exploração, extração, produção, refinamento e distribuição de petróleo combustível promulgando o Decreto N° 1.277 (Agosto), que autoriza o estado a fixar os preços e os investimentos do setor privado, além da disponibilidade de produtos e até rescindir concessões petrolíferas. Direito que correspondia aos estados petroleiros, segundo o estabelecido a última reforma constitucional, de 1994. Criou-se então uma comissão, presidida pelo vice ministro da Economia (Axel Kicillof), o ministro da Planificação (Julio De Vido) e o secretário de Comércio Exterior (Guillermo Moreno), para avaliar os planos de investimentos das 279 concessões petrolíferas, num prazo de 60 dias, e fixar o preço a cada custo de produção, assim como as pautas anuais aos investimentos, com metas quantitativas para a exploração.

Em seguida, colocaram-se em colisão o governo e a oposição burguesa. Porém, também as diferentes frações do kirchnerismo no seio do governo, que brigam pelas fatias de lucros que poderiam obter os grupos empresariais que se transformassem em parceiros na exploração das jazidas de shale-oil da YPF (além de fonte de corrupção dos funcionários que as privilegiam). Aos quais se somam agora os choques entre o governo e diferentes setores do empresariado do setor petroleiro. E com a fração burocrática do sindicato de operários petroleiros, aliada a Moyano, líder da cisão da CGT em choque com o kirchnerismo¹. Sendo uma expressão política da crise e

seus efeitos no país, a medida tinha de pôr em choque as contradições acumuladas na esfera da economia com as relações políticas entre as diversas frações das classes dominantes que se estruturaram no seio do poder estatal e alimentaram-se dos seus privilégios legais, orçamentários e fiscais no período de crescimento econômico.

A crise econômica e seu reflexo na crise política interburguesa

Segundo o kirchnerismo, o decreto pretende “*maximizar a exploração de recursos petrolíferos*”. E acusou às empresas de “operar” contra a medida. Embora fossem fontes do governo os que afirmaram que foi “*a resposta ao pedido das empresas*” para garantir os investimentos. Porém, também para que outros monopólios “*financiem o desenvolvimento de Vaca Morta*” de YPF. Os quais, “*queriam que se definissem as condições para vir ao país, e a isso se dirige o decreto*”.

Os governadores dos estados que produzem o petróleo, e donos do domínio público das jazidas, foram os primeiros a se chocar com o decreto. Olham com raiva como o governo nacional decide sobre a empresa sem consultar-lhes, embora participem da direção com os 25% das ações expropriadas. Ainda se lembram da aliança com o governo kirchnerista com o objetivo de criar uma ampla frente política para atacar a Repsol e os Eskenazi, tirando-lhes concessões nas jazidas. Esperavam que a aliança adiantasse o envio de dinheiro da co-participação pelas regalias petrolíferas, coisa que ainda não aconteceu. O problema é que esses ingressos, há cinco anos, eram suficientes para cobrir quase todos os salários do funcionalismo público. Porém, hoje não chegam sequer a pagar a metade, porque as porcentagens dele sem reajuste não acompanham o aumento da inflação. E está demorado em relação à mesma data do ano passado. Por isso é que a raiva dos governadores cresce ao mesmo tempo em que se aprofunda o déficit orçamentário e fiscal de suas regiões. O que reavivará o fogo dos conflitos sociais e as greves nos seus estados. Por não se achar em vias de negociação e disponibilidade de fundos para cobrir os déficits, as relações entre governadores e kirchnerismo poderiam aprofundar a crise política.

Por sua vez, as empresas privadas desconfiam da medida. Se bem que um empresário do setor tenha afirmado que existiu o pedido e que “*uma empresa pediu isso* (a fixação dos preços de referência, N.E.), *porém queria que se regulassem três pontos e avançassem* (o governo, N.E.) *sobretudo*”, os monopólios petrolíferos pretendiam principalmente a indexação (aumento) dos preços do petróleo cru e gás em boca de poço, e principalmente dos combustíveis ao preço internacional. Porém, sobretudo exigiam liberdade para remeter os lucros ao exterior e uma ampla bateria de medidas fiscais e impositivas² que aumentassem as margens de rentabilidade. Pretensões que se chocam com as medidas do governo nacional que exige-lhes em troca importantes investimentos em exploração e extração de óleo cru.

Desconfiam também do governo porque são contrários a qualquer controle estatal já que se constituía numa intromissão direta nos seus negócios. Temor compartilhado pela imensa maioria dos monopólios radicados no país e que tem uma grande aversão a que o governo se veja obrigado a estender essa medida intervencionista para outros ramos e indústrias ao

se aprofundar a crise econômica e social.

Não é o mesmo para a burguesia administrar ela mesma suas empresas e negócios que seja o estado que o faça. Embora este represente seus interesses gerais e preserve o essencial de seu domínio: propriedade privada dos meios de produção e a superexploração da força de trabalho assalariada. Embora não rechaça seus princípios burgueses e fique em pé o saque imperialista do país. Fica claro então que não há ruptura de interesses econômicos nem de princípios políticos com o grande capital imperialista, senão divergências metodológicas de como mantê-los na conjuntura e nos ritmos na sua aplicação. Divergências que se bem são administradas pacificamente nos períodos de crescimento, no quadro geral da crise capitalista mundial e com a brusca queda na taxa de lucro nos países capitalistas imperialistas, podem adquirir profundas consequências no seio da própria burguesia e suas frações.

É precisamente a crise e as suas consequências sobre as massas o que impede ao governo dar satisfação a todas as demandas pretensões dos monopólios, sem socavar ao mesmo tempo sua base de sustentação social e política. Os monopólios, por sua vez, não podem impô-las na sua totalidade por não poderem estruturar medidas de ação conjuntas (boicote, desabastecimento, locaute, etc.) contra o governo por estarem envolvidos numa surda briga interna para ver quem carregará com o maior peso a crise nas suas bolsas e quem será o que fará posse dos negócios que se abrirão com a YPF. Menos ainda podem se apoiar na débil e fragmentária oposição burguesa para expressar e impor seus interesses pelas vias institucionais do estado burguês (no parlamento, nos ministérios, governos estaduais, etc.). Sequer podem articular hoje uma ampla frente política, sindical e social como, por exemplo, a que puseram em pé as montadoras no Brasil para pressionar ao governo Dilma a ceder a suas exigências.

Desenvolvem-se as contradições políticas sob o império das leis econômicas

Não poucas medidas de um governo burguês de um país semicolonial, afundado numa profunda crise econômica e com necessidade de manter a sua base social da véspera, podem levar a choques com a burguesia. Mais ainda quando este governo não surge do seio da burguesia nem é a sua expressão orgânica; e sim o resultado da incapacidade da grande burguesia de se dotar de um partido e quadros próprios que administrem seu estado. Ainda mergulha na crise e desintegração dos velhos partidos da ordem burguesa (PJ e UCR) que empregam fielmente seus interesses até a implosão social da crise de 2001. Daí que uma expropriação parcial e com indenização (YPF) ou o maior intervencionismo estatal na economia (Decreto 1.277) potencializam as contradições e os choques interburgueses.

Porém, o decreto não é primeiro passo de um plano para impor uma direção estatal centralizada à produção do petróleo. Tampouco intenta se apropriar de uma maior porção da renda petroleira para resolver os problemas mais urgentes das massas. Sequer propõe reutilizá-la para recriar o tecido ferroviário e seus instrumentos para solucionar a constante crise do transporte. Menos ainda para por em pé indústrias pesadas chaves, de maquinaria, tecnologia ou até de medicamentos que têm um alto nível de produtos importados. Ou inclusive

para desenvolver a indústria energética convencional ou nuclear para responder à perda da autossuficiência e ampliar a rede nacional para uma rápida industrialização.

Em resumo: não têm nada a ver com um programa nacionalista burguês de libertação nacional da opressão imperialista dos monopólios estrangeiros sobre os ramos e setores chaves da economia.

Não importa agora com que palavras o governo tente acobertar as medidas adotadas e o quanto desejem seus jornalistas comprados para falar de um grande gesto heroico, nacionalista e popular. O decreto não é senão a expressão que adquiriram as contradições do país capitalista atrasado e oprimido, claro é que sob a forma de uma política burguesa impotente e raquítica. Seu objetivo é amenizar os traços mais bárbaros da crise e assim evitar a intervenção do proletariado com sua estratégia e métodos próprios de luta.

A resolução da crise exige a intervenção independente da classe operária

Existe uma contradição ainda mais profunda. Embora esteja relegada ao segundo plano pelas brigas inter-burguesas. E tenha a maior importância para a luta de classes do proletariado. Falarmos da contradição entre a produção altamente socializada e a tendência ao desenvolvimento progressivo das forças produtivas, que se chocam com a propriedade privada monopolista que bloqueia essa tendência.

O intervencionismo do estado no setor petrolífero assinala também essa contradição. Dito noutras palavras: a intervenção – ainda limitada – estatal demonstra a força e necessidade dessa tendência histórica à centralização do controle da extração e produção de óleo e petróleo sob um comando estatal único, dirigido de acordo a um plano centralizado e racional da produção do petróleo e gás no país.

Mas, logo choca-se e esbarra no caráter de classe do governo, se afogando na camisa de força dos atritos e pleitos inter-burgueses. Potenciando os traços bárbaros da sua resolução pela via de um novo equilíbrio capitalista construído sobre uma nova concentração monopolista e a miséria do proletariado.

A ausência da intervenção independente do proletariado e

seu programa de classe impedem resolver a crise a favor dos explorados. Com a sua intervenção consciente, baseada na mobilização e ação coletiva das massas, o proletariado poderia se aproveitar da situação política e impor-lhes ao conjunto da burguesia a expropriação – sem indenização – e a estatização de toda a indústria do petróleo e gás, sob o controle operário coletivo. Mas, para isso, há que expulsar a burocracia sindical que o arrasta atrás do apoio de uma fração ou outra da burguesia³ e esbarra na conciliação de classes.

Confirma-se a necessidade histórica de harmonizar a produção social com a propriedade social dos meios de produção. Porém, ao não encontrar base material para seu desenvolvimento na ditadura proletária e o governo operário camponês, esta necessidade histórica manifesta-se deformada e corrompida sob a forma de um impotente intervencionismo estatal burguês. Passo prévio, ainda que com contradições, a uma nova concentração monopolista. Comprova-se então a urgência do proletariado erguer seu programa diante a crise capitalista. E a importância vital de desenvolver e fortalecer seu estado maior revolucionário na Argentina, o POR, sem o qual, as forças cegas da produção voltarão a se aprisionar na destrutiva camisa de força da propriedade privada monopolista e as relações de produção baseadas na exploração da classe operária e na miséria das massas oprimidas.

1) Guillermo Pereyra, secretário geral do sindicato de petróleo e gás privado de Neuquén, Río Negro e A Pampa, representante na direção da empresa pelos trabalhadores, anunciou sua oposição ao decreto e analisa medidas de paralisação e greve, segundo diz, porque o decreto ataca o direito dos estados sobre as jazidas e a renda pela exploração.

2) Regime de promoção (subsídios, benefícios fiscais e impositivos), amortização de bens de capital importados (diminuindo as taxas e custos fiscais), licença automática de importação de bens de capital e subministros, redução do custo trabalhista (flexibilização e terceirização), diminuir as contribuições patronais a aposentadoria, expatriar os lucros, etc.

3) Para mais a respeito, ver a matéria resumo dos Masas argentinos, publicados no jornal Massas 438.

47 anos do assassinato de C. Lora e I. Camacho

Publicamos uma sequência de artigos do Jornal Massas boliviano referentes ao assassinato do militante trotskista César Lora, em 29 de julho de 1965. César Lora se destacou pelo trabalho revolucionário realizado no interior do proletariado mineiro, na mina de “Siglo XX”. Juntamente com seu companheiro Isaac Camacho, que também foi assassinado, desenvolvia a política do Partido Operário Revolucionário (POR).

Decidimos divulgar o acontecido não apenas para manter viva a denúncia da barbárie cometida pelo Estado burguês boliviano mas também para demonstrar a importância o trabalho político do POR no destacamento mais avançado dos explorados bolivianos, que são os operários mineiros. A burguesia e seu aparato policial tiram a vida de militantes como as de César Lora e Isaac Camacho porque vêm neles não um perigo individual mas ao do partido-programa que encarna. Mais precisamente ainda, o perigo que o proletariado organizado sob a direção revolucionária representa para o sistema capitalista de exploração do trabalho. Ambos militantes poristas dedicaram suas vidas a transformar o proletariado em classe

consciente, capaz de reunir em torno de si a maioria oprimida para derrotar os escravizadores. A burguesia com seus bandos fascistas conseguiram tirar a vida desses trotskistas, porém não puderam e não poderão eliminar as profundas raízes criadas pelo dedicado trabalho de César Lora e Isaac Camacho.

O POR boliviano se assenta nas formulações das Teses de Pulacayo, aprovadas em 1946, pelo Congresso Mineiro, redigidas por Guillermo Lora. César Lora e Isaac Camacho permitiram que o POR aplicasse os fundamentos revolucionários das Teses de Pulacayo entre os mineiros. É importante manter sempre atual a memória desses dois trotskistas exemplares.

O Partido Operário Revolucionário em construção no Bra-

sil se nutre das experiências concentradas no marxismo-leninismo-trotskismo. Lutamos para pôr em pé uma organização constituída por militantes profissionais, no sentido leninista de que se dediquem integralmente para a tarefa histórica de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

Carta Aberta de César Lora à Junta Militar Juschú, 7 de junho de 1965

O rádio informa sobre a sistemática campanha contra a minha pessoa e aqueles que me seguem. Dizem que, à cabeça de um pequeno grupo, “pretendo enfrentar-me contra as forças do exército”.

A verdade é que todo o povo e, sobretudo, os operários estão contra a alta hierarquia militar que fez um descomunal massacre operário. Efetivos castrenses se preparam para tomar os distritos mineiros e, a título de requisitar armas, saqueiam humildes casas, como já ocorreu em Villa Victoria de La Paz. Os salários foram rebaixados em 45% e se projeta a demissão de 7 mil mineiros. Assim, foi decretada a efetiva destruição da COMIBOL. É contra estas monstruosidades que se rebela o povo.

Pretende-se que o trabalho se siga às ordens militares. Bolívia se converteu em um campo de concentração e o objetivo da Junta é evitar que os operários se organizem e busquem seu próprio caminho. A violência está sendo empregada para executar esse nefasto plano. É isso que combatemos.

Os trabalhadores têm sido colocados diante de um dilema: ou somos escravizados ou conquistamos a vitória na luta contra a Junta Militar, que não faz senão desenvolver as tendências fascistas que contêm em embrião o regime do MNR, do qual fazia parte o general Barrientos.

Um pequeno grupo, ainda pior, um só homem, não poderia criar um ambiente de grande perigo e inquietação que reina nos centros mineiros. Temos plena consciência de que o fascismo no poder e apesar de suas promessas líricas, constitui uma permanente ameaça contra nós e contra todos os bolivianos, contra as organizações sindicais e contra as garantias democráticas.

A luta aberta ou encoberta (isso segundo as circunstâncias) contra o governo tem de continuar. Esse enfrentamento dos bolivianos com a alta hierarquia militar só poderia se evitar se a Junta revisse suas medidas sobre a COMIBOL, se retirar os efetivos do exército dos locais de trabalho e permitisse o livre desenvolvimento dos sindicatos.

Os operários têm afirmado, em sua devida oportunidade, o que entendemos por reordenamento da COMIBOL. Ninguém pode discutir que, em última instância, a base para o bom ou mau funcionamento de uma empresa são os operários, por isso que a tarefa mais importante de todo reordenamento efetivo consiste em ganhar a confiança destes para os planos governamentais. Por outro lado, faz tempo que temos assinalado a necessidade de renovar a máquina nas minas. A COMIBOL enganou o país quando disse que a “reabilitação” significava levar novas equipes aos locais de trabalho. A verdade é que as máquinas que se empregam hoje são as mesmas que instalaram as ex-empresas privadas. No engenho de Catavi, as instalações semi-destruídas foram colocadas sobre pedras. Nessas condições, não pode haver maior produção.

É humilhante que as autoridades pretendam regular nossas

convicções. A politização das massas é um passo progressista e constitui a premissa indispensável de uma autêntica democracia. O que busca a Junta é designar a dedo os “dirigentes” que possam servir-lhe incondicionalmente.

Não acreditamos que os soldados, que são nossos irmãos de classe, marchem voluntariamente contra nós e não perdemos a esperança de que formem fileiras ao nosso lado. Se nos persegue sem trégua, isso se deve ao fato de que termos combatido os dirigentes burocratizados do Movimento Nacionalista Revolucionário. Não temos estado na direção sindical e nem temos manejado dinheiro de nenhuma entidade pública. Agora, quando outros fogem ou, então, se colocam de acordo com o governo, nós continuamos no posto de combate junto a nossa classe. Esta fidelidade desinteressada é um crime para os governantes, por isso estamos firmes, seguros de que sabemos ajudar os operários na luta contra o fascismo.

César Lora E.

Operário do interior da mina Siglo XX

(Extraído de ‘Obras Completas’, Guillermo Lora, tomo XVI, ediciones Masas)

Alertamos ao povo boliviano Ordenou-se o assassinato de César Lora e Isaac Camacho

O povo boliviano deve mobilizar-se para salvar a vida de dois valiosos sindicalistas e revolucionários.

Tem de evitar que o fascismo cometa um de seus crimes mais horrendos. Apesar da monstruosidade de nossos verdugos, nós poristas não exilaremos, nem fugiremos para o exterior.

Os militantes poristas têm sido lançados das minas e como consequência do massacre branco têm de abandonar os lugares de trabalho. Têm pago com a miséria o crime de ser honrados e sacrificados revolucionários.

As forças do exército consideram que, para seus planos contrarrevolucionários, não é suficiente o desemprego massivo; estão dedicando a perseguir com muita sanha todo revolucionário. A imprensa divulga que piquetes de gente uniformizada tem saído de Catavi na perseguição de poristas e, particularmente, de César Lora e Isaac Camacho, operários do interior da mina de Siglo XX.

A perseguição é o pão de todos os dias em um período de restauração oligárquica. O que tem de alarmar a todos os homens livres é a ordem dada pelos generais fascistas no sentido de que assassinem César Lora e Isaac Camacho, onde sejam encontrados. Se tão sinistro plano se cumpre tem de se convir que se preparou com aleivosia um dos mais asquerosos crimes. No caso de que as autoridades terem segurança de que os poristas tivessem cometido algum delito, o correto seria submetê-los a um processo judicial. Nada disso existe e só deixa de pé a inconfessável sentença.

O POR alerta ao povo boliviano. Se César Lora e Isaac Camacho perderem a vida, responsabilizaremos a Junta Militar do crime e saberemos cobrar vingança no momento oportuno.

Os generais fascistas se converteram em seu esporte favorito a caça de seres humanos. A dignidade dos bolivianos lhes exige que se pronuncie contra semelhante monstruosidade que atenta contra todo critério de convivência humana. Exigimos que se respeite a existência física dos trabalhadores.

(De Masas- nº 297, La Paz, 19 de junho de 1965)

Caiu o líder César Lora!

Nota dos editores

No dia 29 de julho de 1965, foi assassinado César Lora no vale de São Pedro, quando, acompanhado por seu amigo e camarada Isaac Camacho, retornavam para Siglo XX para realizar uma assembleia do sindicato clandestino nas escavações da mina.

Guillermo Lora, Secretário Geral do Partido Operário Revolucionário, abandonou seu refúgio para enfrentar-se com a imprensa pacencha, com as autoridades policiais e afirmar que os generais René Barrientos e Alfredo Ovando haviam assassinado o líder operário.

Com o objetivo de clarear esse processo descomunamente grande e sangrento, estamos obrigados a reproduzir alguns documentos da imprensa da época, nessa parte das Obras Completas. Inclui-se no apêndice alguns recortes de jornais.

O fato sangrento comoveu a opinião pública do país, os trabalhadores e, particularmente, os operários mineiros.

Todos colocaram em destaque esse exemplo de luta que caracteriza os revolucionários.

Na realidade, G.Lora falou por meio dos jornais e somente mais tarde escreverá um amplo folheto sobre César Lora e sua morte, que também reproduziremos mais à frente.

La Paz, 1996

César Lora foi morto no norte de Potosi

O POR qualifica o fato como crime político, responsabiliza a Junta e anuncia que vingará a morte.

Oruro, 1º de agosto (Presença). César Lora, dirigente do POR do Siglo XX, foi morto no povoado de Sacana Palca, província Charcas do norte de Potosi, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Lora se encontrara em refúgio desde o ingresso do Exército na mina Siglo XX e Catavi, tendo informado posteriormente que se estabeleceu na jurisdição da Mina Italia para realizar uma guerra de guerrilha contra o regime militar, desconhecendo-se em seguida seu paradeiro.

Lora, desde a ocupação militar das minas, foi perseguido pela força governamental. Era irmão de Guillermo Lora, dirigente nacional do POR. Partido filiado à IV Internacional, que assumiu uma posição antigovernamental na forma radical.

Medidas de prevenção

Até às 10 horas dessa manhã (domingo) em que abandonou este correspondente Siglo XX, ainda não havia sido divulgada a notícia. Por tal razão, o Subprefeito da província de Charcas deu notícia da ocorrência ao pai de Lora, residente em Llallagua, participando-lhe que foi enterrado em Sacana Palca, mas sem explicar as circunstâncias da morte.

Fontes responsáveis informaram a “Presencia” que diante de uma anunciada “manifestação de silêncio” em Catavi e as possíveis reações que poderia motivar a divulgação da notícia do caso Lora, as autoridades militares da zona assumiriam medidas enérgicas, sendo possível que se reforcem os destacamentos de carabineiros estabelecidos em Llallagua e a unidade militar situada em Uncia.

Descontentamento

“Presencia”, em conversações diretas com os trabalhadores de Siglo XX, Catavi e Huanuni, estabeleceu a existência de um

clima de descontentamento contra a Junta Militar por persistir as retiradas de mineiros, a diminuição de salários e a falta de garantias frente à ausência da liberdade sindical e outras medidas “antioperárias”.

No Siglo XX e Catavi, segundo anúncio oficial, na terça-feira próxima se pagarão as utilidades obtidas no mês passado e se concederão adiantamentos de natal. Até aqui o despacho de Oruro.

Acusações do POR em La Paz

Guillermo Lora, Secretário geral do POR e irmão do defunto, informou a “Presencia” do acontecimento, em reunião realizada em seu domicílio particular. Guillermo Lora qualificou de “aleivoso crime” a morte de seu irmão, responsabilizando por isso o regime militar.

Garantias

Depois colocou três exigências do POR:

1. Que a Junta Militar conceda plenas garantias, particularmente ao Secretário Geral do POR para demonstrar a culpabilidade do governo na morte;
2. Que se garanta a viagem de uma comissão do POR a São Pedro de Boa Vista para dar sepultura humana a seu irmão;
3. Que se permita o traslado do cadáver para Siglo XX.

Lora acrescentou: “como pessoa, eu fui ferido vivo, mas como dirigente político estou de acordo com o que diz meu partido no sentido de que César Lora será vingado também politicamente. Sua morte nos fortalece na luta em que estamos empenhados contra a Junta Militar de Governo.

O Relato

Isaac camacho referiu-se depois a forma em que foi morto César Lora. Seu relato diz:

“Depois dos acontecimentos de maio último, nos encontrávamos refugiados César Lora e eu, devido à sanha perseguição oficial de que éramos objeto. Chegou até nos a notícia de que o Governo havia dado ordens precisas para assassinar César Lora, que era dirigente nacional de meu partido e um dos mais destacados membros da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia”.

Camacho assinalou que no dia 26 de junho partiram para Sucre, onde permaneceram por algum tempo, mas ao interar-se que a Direção de Investigação Criminal (DIC) os procurava, partiram em direção a São Pedro de Boa Vista. “Quando passávamos pelo vale de Huañuma nos reconheceu um tal de Eduardo Mendoza e foi este deu a voz de alarme aos elementos oficialistas que já estavam nos procurando nessa região. Para burlar todo controle, marchávamos a pé levando nós mesmos nossos pesados equipamentos. Diante de nosso extremo esgotamento físico, contratamos em Huañuma uma mula de Enrique Mareño, afim de levar nossa carga.

O relato de Camacho precisa que ao chegar na confluência dos rios Tocari e Ventilla, chocaram com um pirquete de civis a mando de Próspero Rojas, Eduardo Mendoza e outro que o chamavam de Ossio. Disse que Enrique Mareño, aquele que alugou a mula, foi o delator.

Camacho afirmou que o grupo atacante era constituído de oito ou dez pessoas. Ao serem presos – continuou – César Lora foi brutalmente golpeado, enquanto eu forçava por liberar-me. “Foi então que escutei um disparo, dei a volta e então vi que Cé-

sar caiu no chão com a cara ensanguentada. Seguramente, teve a morte instantânea. Pedi que fizessem comigo o mesmo e nesse instante escutei que a ordem era de só assassinar Lora. Também ouvi vozes de que quem disparou, com seu revólver, em Lora foi Próspero Rojas e pude afirmar que foi Eduardo Mendoza quem deu clareza que a bala partiu da arma de Rojas.

Depois chegou o Subprefeito de São Pedro, que “já estava a par de tudo”. Camacho continuou: “Esta autoridade ordenou o traslado do cadáver de César Lora para São Pedro e ignorou o que fizeram com ele, pois apenas cheguei ao dito povoado escapei das mãos das autoridades e vem sem fazer escalas até esta cidade”.

Bolívia

Evo Morales inimigo dos trabalhadores

Evo Morales é um agente do capitalismo selvagem e, portanto, um inimigo dos trabalhadores que dependem de um salário, de um soldo. No trato com os trabalhadores, Evo Morales atua da mesma forma que os governos direitistas da Espanha, Grécia. Está seguro de que o desenvolvimento econômico das empresas que cria o Estado podem ser afetadas se se respeitarem as conquistas trabalhistas, em consequência tem de impedir a sindicalização dos operários e dos empregados e contratá-los como funcionários públicos, portanto à margem da Lei Geral do Trabalho e dos benefícios legais, sociais e econômicos que contempla a tal Lei.

O mais grave é que a burocracia cobista está comprometida com a política antitrabalhista do governo, uma política suicida que pode levar à destruição da COB. Os burocratas sabem que os trabalhadores e empregados das empresas estatais, que está criando o Estado, estão à margem da Lei Geral do Trabalho e sem direito à sindicalização, isto é, que estão à margem da COB.

“Página Sete” (10/8) reproduz os questionamentos que Evo Morales realizou na inauguração da planta de produção de Cloreto de Potássio (fertilizantes), situada em Uyuni. “Morales advertiu - diz a notícia - que a sindicalização dos trabalhadores das plantas de cloreto de potássio e carbonato de lítio (uma planta que inaugurará dentro de 90 dias) prejudicará o desenvolvimento do plano (de industrialização do país). Reconheceu que ainda que seja “importante cuidar dos direitos dos trabalhadores” não permitirá o uso de seu nome para sindicalizar 200 trabalhadores”. E aqueles que realizam tais questionamentos são os que lucraram e se beneficiaram da luta sindical. E que “eu sou Presidente do País e Secretário Executivo das seis Federações de cocaleiros de Chapare”.

O sindicalista - ainda que não proletário porque os sindicatos de cocaleiros são organizações de pequenos

Isaac Camacho embarcou em um caminhão que saía de São Pedro, disse que a reação dos povoadores foi violenta, porque conheciam a trajetória de Lora. De caminhão, chegou até Oruro e se trasladou de imediato para La Paz, chegando na madrugada de hoje.

César Lora tinha 34 anos, solteiro. Trabalhou como perfurador na Siglo XX, até maio último. Teve fortes divergências com Lechin Oquendo, a quem culpou de dirigir uma luta sindical contrária aos trabalhadores. Acusou Pimentel e Escóbar de burocratizar os sindicatos e desfraldar os fundos dos trabalhadores.

(Da “Presencia”

La Paz, segunda, 2 de agosto de 1965)

proprietários e de trabalhadores autônomos - executando uma política antissindical contra os trabalhadores proletários!

Chama a atenção que tivesse assinalado que “não permitirá o uso de seu nome para sindicalizar 200 trabalhadores”, uma ameaça contra aqueles que todavia acreditaram que Evo Morales é um governante comprometido com a luta dos trabalhadores. Grave erro. Evo Morales e o MAS são inimigos dos trabalhadores e dos empregados, dos que dependem de um salário ou de um soldo. Mais ainda, é inimigo inclusive dos indígenas, daqueles que se opõem à sua política entreguista. Um inimigo muito perigoso porque - ainda que nesta altura poucos acreditem - por sua origem de índio, sua trajetória sindical vinculada à esquerda reformista, da aparência de ser um explorado. Imagem que os ataques dos politiqueros da oposição direitista neoliberal busquem afiançar, ainda que saibam que Evo Morales é o melhor representante dos interesses da burguesia. Ele está fazendo o que nenhum partido burguês pôde fazer: ajustes trabalhistas neoliberais, negar o direito à sindicalização, liquidar com as conquistas legais, sociais e econômicas dos trabalhadores. Tudo isso em um momento em que, segundo o governo e a oposição burguesa, há bonança econômica no país.

Na Europa estão aplicando ajustes trabalhistas para sair da crise econômica. Agora este não é o caso do país. A pergunta é: quando a crise chegar ao país, que medidas o governo aplicará contra os trabalhadores? Vão ser brutais!

As declarações de Evo Morales demonstram que a sindicalização dos trabalhadores do país, a vigência de seus direitos legais, econômicos e sociais passam pela derrota de Evo Morales, do Governo e sua substituição por um governo dos operários e camponeses.

Extraído do Jornal Massas da Bolívia, nº 2276, órgão do Partido Operário Revolucionário.

Adquira com o distribuidor deste jornal



Boletim do
Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Agosto de 2012 - R\$ 3,00

Balanco do XLV Congresso do POR boliviano
O vigor programático do POR

Nesta edição:

- **Brasil:** Conquistar a independência de classe do proletariado
- **Argentina:** Por que caracterizar o governo de Kirchner como pró-imperialista?
- **Argentina:** A tarefa: expropriar sem indenização toda a indústria hidrocarbonífera, desde as jazidas até as refinarias e a distribuição, sob controle operário coletivo
- **Golpe de Estado no Paraguai:** manifestos do Cerqui - Por um Tribunal Popular para punir os assassinos e entregar as terras aos camponeses

A César Lora e Isaac Camacho

Dedicamos esse Boletim do Comitê de Enlace a César Lora e a Isaac Camacho. Em 29 de julho de 1965, César Lora foi executado no vale de São Pedro (Bolívia), a mando do governo. O dirigente mineiro da Siglo XX tornou-se alvo da reação, juntamente com seu companheiro Isaac Camacho, por liderar o movimento do proletariado e militar no Partido Operário Revolucionário (POR). Em 29 de julho de 2012, completaram-se 47 anos de seu assassinato. Em julho de 1967, Isaac Camacho teve o mesmo destino de seu camarada. Os mártires do POR vivem no programa do partido, na militância revolucionária e no proletariado.

Viva César Lora!
Viva Isaac Camacho!

